

Versão de Assinatura

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

**CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte KK, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 20.512.213/0001-00, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora");

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º Andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, agindo na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures (conforme definidas na Cláusula 1.3) objeto da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Agente Fiduciário");

**SALUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.910.984/0001-12, administrado pelo Banco Petra S.A., instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11ª andar, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 11.758.41/0001-52, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social ("FIP Salus");

**CONTOUR GLOBAL DO BRASIL HOLDING LTDA.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, cj. 31, Itaim Bibi, CEP 04.542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.531.894/0001-10, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.222.155.239, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Contour");

**COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO**, sociedade de economia mista, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bongi, CEP 50.761-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.541.368/0001-16, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Pernambuco - JUCEPE sob o NIRE 26.300.042.509, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Chesf"); e

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos

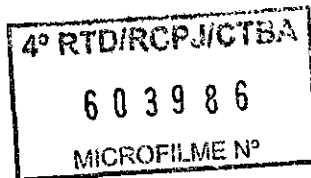
Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Rua MAL. Deodoro, 320 - Sala 604

Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

SP 10286359v3 9409/34 1





**VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.** sociedade anônima, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, Km 08, s/n, sala 114, Distrito Industrial, CEP 64939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.674.288/0001-57, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC sob o NIRE 23.300.033.132, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana" e, em conjunto com FIP Salus, Contour e Chesf, as "Intervenientes" ou "Acionistas da Emissora");

e, ainda:

**VENTOS DE SANTA JOANA IX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte DD, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.082.784/0001-72, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 3530046435-4, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana IX");

**VENTOS DE SANTA JOANA X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte EE, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.082.754/0001-66, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 3530046436-2, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana X");

**VENTOS DE SANTA JOANA XI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte FF, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.675/0001-55, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 3530046453-2, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana XI");

**VENTOS DE SANTA JOANA XII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte GG, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.701/0001-45, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 3530046361-7, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana XII");

**VENTOS DE SANTA JOANA XIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte HH, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.800/0001-27, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 3530046399-4, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana XIII");

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/04 2



**VENTOS DE SANTA JOANA XV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte II, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.728/0001-38, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 3530046456-7, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana XV");

**VENTOS DE SANTA JOANA XVI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte JJ, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.822/0001-97, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 3530046457-5, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana XVI" e, quando em conjunto com Santa Joana IX, Santa Joana X, Santa Joana XI, Santa Joana XII, Santa Joana XIII e Santa Joana XV, as "SPEs");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, as Intervenientes e as SPEs designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

#### CONSIDERANDO QUE:

- (i) a presente Emissão (conforme definida na Cláusula 1.3) será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), tendo em vista o enquadramento do projeto Complexo Eólico Chapada do Piauí I (conforme definido na Cláusula 3.8.1) como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio das Portarias (conforme definidas na Cláusula 2.6.1); e
- (ii) nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados exclusivamente para realizar o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados a investimentos em ativos fixos no projeto Complexo Eólico Chapada do Piauí I, conforme disposto na Cláusula 3.8.1 desta Escritura de Emissão;

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapada do Piauí I Holding S.A.*" ("Escritura de Emissão"), em observância à Lei 12.431, especialmente com relação ao seu artigo 2º, mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula que estejam no singular ou no plural terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão.

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 3



Para fins da presente Escritura de Emissão, “Dia(s) Útil(eis)” significa: (i) com relação a qualquer pagamento realizado por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), qualquer dia que não seja sábado, domingo e feriado declarado feriado nacional; e (ii) com relação a qualquer outro pagamento que não seja realizado por meio da CETIP, bem como com relação a outras obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

### 1.1. Autorização da Emissão, das Garantias Reais, do Compartilhamento das Garantias Reais e das Fianças Bancárias pela Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada pela Emissora com base nas deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 31 de julho de 2015, na qual foi deliberada, nos termos do artigo 15, item “c”, do seu estatuto social, (i) a aprovação da (a) realização da Emissão e de suas condições, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e da Oferta Restrita (conforme definida na Cláusula 1.3); (b) outorga e compartilhamento, pela Emissora, das Garantias Reais (conforme definidas na Cláusula 4.15.12) necessárias no âmbito da Emissão das Debêntures; (c) contratação, pela Emissora, das Cartas de Fiança (conforme definidas na Cláusula 4.17.2); (d) outorga e compartilhamento, pelas SPEs, em favor dos Debenturistas, das Garantias Reais necessárias no âmbito da Emissão das Debêntures; (e) outorga, pelas SPEs, de garantia fidejussória por meio de Fiança (conforme definida na Cláusula 4.16.1); e (ii) a autorização expressa à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias (a) à formalização, efetivação e administração das deliberações consubstanciadas em referida assembleia, em conformidade com o artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) à formalização e efetivação da contratação dos prestadores de serviço da Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao Agente Fiduciário, o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de instituição intermediária líder (“Coordenador Líder”) da Oferta Restrita (conforme definida na Cláusula 1.3) e das demais instituição(ões) integrante(s) do sistema de valores mobiliários poderão atuar como coordenadores dessa Oferta Restrita, (que serão denominados em conjunto com o Coordenador Líder de “Coordenadores”), dos assessores legais e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão, tais como escriturador, banco liquidante, a CETIP, BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), entre outros; e (c) à celebração de todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, a esta Escritura de Emissão, o contrato de distribuição e os demais documentos necessários para o registro das Debêntures na CETIP (“Ato Societário Emissora”).

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 4



## 1.2. Autorização das Garantias Reais, do Compartilhamento de Garantias Reais e da Fiança pelas SPEs e pelas Intervenientes

- 1.2.1. A presente Escritura de Emissão também é firmada com base nas deliberações aprovadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias das SPEs realizadas em 31 de julho de 2015, nas quais foram deliberadas, nos termos do artigo 17, parágrafo 4º, alínea “e”, e, exclusivamente, com relação às SPEs Ventos de Santa Joana XI e Ventos de Santa Joana XIII, nos termos do artigo 17, parágrafo 4º, alínea “s”, dos seus respectivos estatutos sociais, (i) a aprovação da outorga, pela respectiva SPE, de garantia fidejussória por meio de Fiança; (ii) a aprovação da outorga e compartilhamento, pela respectiva SPE, das Garantias Reais necessárias, no âmbito da Emissão das Debêntures; e (iii) a autorização expressa à Diretoria da respectiva SPE para praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações consubstanciadas na referida assembleia, bem como a assinatura pelos representantes legais da respectiva SPE de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão (“Atos Societários SPEs”).
- 1.2.2. A presente Escritura de Emissão é firmada ainda com base na deliberação: (i) da Assembleia Geral de Cotistas do FIP Salus (“Ata FIP Salus Emissão”), realizada em 31 de julho de 2015; e (ii) da Assembleia Geral Extraordinária da Santa Joana, realizada em 31 de julho de 2015 (“Ata Santa Joana Emissão”); (iii) da Reunião do Conselho de Administração da Chesf, realizada em 10 de dezembro de 2014 e da Reunião da Diretoria Executiva da Chesf, realizada em 27 de julho de 2015 (em conjunto, “Atas Chesf Emissão”); e (iv) da Reunião de Sócios Cotistas da Contour, realizada em 31 de julho de 2015 (“Ata Contour Emissão”, e em conjunto com a Ata FIP Salus Emissão, Ata Santa Joana Emissão e Atas Chesf Emissão, os “Atos Societários Acionistas”).
- 1.2.3. O penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora e de propriedade do FIP Salus e das Intervenientes serão firmados com base nas deliberações constantes nos Atos Societários Acionistas e estes, por sua vez, em conjunto com os Atos Societários SPEs e o Ato Societário Emissora, os “Atos Societários”).

## CLÁUSULA II REQUISITOS

- 1.3. A presente 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Emissão”, “Debêntures”, “Oferta Restrita” e “Instrução CVM 476”, respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fones: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 5



## 2.1. Arquivamento na Junta Comercial, Cartórios e Divulgação dos Atos Societários

- 2.1.1. Nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, as atas do Ato Societário Emissora, dos Atos Societários SPEs e da Ata Contour Emissão serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "O Dia de São Paulo".
- 2.1.2. As Atas Chesf Emissão serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de Pernambuco e publicadas em órgão oficial e em jornal de grande circulação nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.
- 2.1.3. A Ata Santa Joana Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará, e publicada em órgão oficial e em jornal de grande circulação nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.
- 2.1.4. A Ata FIP Salus Emissão será registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
- 2.1.5. Os Atos Societários, que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados, conforme aplicável, e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivadas na JUCESP, nas demais Juntas Comerciais aplicáveis ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, conforme aplicável, bem como serão publicados, conforme aplicável, no Diário Oficial e em jornal de grande circulação aplicáveis, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.2. Arquivamento da Escritura de Emissão e de seus Aditamentos na JUCESP

- 2.2.1. Esta Escritura de Emissão será protocolada na JUCESP para seu posterior arquivamento, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 10 (dez) dias contado da sua respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original desta Escritura de Emissão, devidamente arquivada na JUCESP, em até 05 (cinco) dias após o respectivo arquivamento.
- 2.2.2. Eventuais aditamentos à Escritura de Emissão ("Aditamentos") serão protocolados para arquivamento na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 03 (três) dias contado da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original dos Aditamentos, devidamente arquivados na JUCESP, em até 05 (cinco) dias após o respectivo arquivamento.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 6



**2.3. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)**

2.3.1. *Dispensa de registro da Oferta Restrita pela CVM.* A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.3.2. *Registro pela ANBIMA.* A Emissão será registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” vigente desde 03 de fevereiro de 2014 (“Código ANBIMA”), condicionado à expedição, pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, até a data do protocolo da comunicação de encerramento da Oferta Restrita a ser realizada pelo Coordenador Líder perante a CVM, de diretrizes específicas para o cumprimento da obrigação, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 9º, do referido código.

**2.4. Registro da Escritura de Emissão e das Garantias**

2.4.1. Esta Escritura de Emissão será registrada em até 20 (vinte) dias contados das respectivas assinaturas nos cartórios de registro de títulos e documentos localizados nas cidades de São Paulo e Recife. Eventuais aditamentos a Escritura de Emissão deverão ser registrados perante os cartórios de registro de títulos e documentos competentes no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data em que forem assinados. A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original registrada desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, em até 05 (cinco) dias após os respectivos registros.

2.4.2. Os Contratos de Garantia (conforme definidos na Cláusula 4.15.2) e o Contrato de Compartilhamento de Garantias e seus eventuais aditamentos serão registrados perante os cartórios de imóveis e de registro de títulos e documentos competentes, conforme aplicável, na forma descrita nos respectivos instrumentos, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data em que forem assinados. A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original registrada de cada Contrato de Garantia, do Contrato de Compartilhamento de Garantias e de seus eventuais aditamentos em até 05 (cinco) dias após os respectivos registros.

2.4.3. O Penhor de Ações da Holding e o Penhor de Ações dos Parques (conforme abaixo definidos) serão averbados nos respectivos Livros de Registro de Ações Nominativas e/ou livros da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPes, respectivamente, devendo ser anotados



no extrato da conta de depósito fornecido aos seus respectivos acionistas titulares das ações empenhadas, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura dos respectivos contratos, observado o disposto na Cláusula 4.15.3 abaixo. A Emissora e as SPEs entregarão ao Agente Fiduciário cópias autenticadas dos “Livros de Registro de Ações Nominativas” da Emissora e das SPEs e/ou declaração da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs evidenciando a referida averbação, em até 5 (cinco) dias após as respectivas averbações.

2.4.4. A Carta de Fiança (conforme abaixo definido), assim como quaisquer aditamentos subsequentes a tal documento, será celebrada e levada a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades onde estiverem localizadas as sedes do Agente Fiduciário e da(s) instituição(ões) financeira(s) emissora(s) da(s) Carta(s) de Fiança. A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original registrada da Carta de Fiança e de seus eventuais aditamentos, em até 05 (cinco) dias após os respectivos registros.

## 2.5. Depósito Eletrônico para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão depositadas eletronicamente para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do (i) MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; ou (ii) DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA;
- (b) negociação no mercado secundário por meio do (i) Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP; ou (ii) Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa BOVESPAFIX (“BOVESPAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e
- (c) as Debêntures serão depositadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, conforme o caso.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre os Investidores Qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e observado o disposto na Cláusula 3.6.3 desta Escritura de Emissão, nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois do

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mel. Deodoro, 320 - Sala 304  
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/14 8





cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## 2.6. Enquadramento do Projeto Complexo Eólico Chapada do Piauí I

2.6.1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de novembro de 2011 e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos que compõem o projeto Complexo Eólico Chapada do Piauí I (conforme definido na Cláusula 3.8.1) como projetos prioritários pelo MME, por meio das portarias expedidas pelo MME, conforme abaixo identificadas (em conjunto as "Portarias"):

- (i) **Santa Joana IX:** Portaria nº 546, expedida pelo MME em 07 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União ("DOU") nº 194 em 08 de outubro de 2014;
- (ii) **Santa Joana X:** Portaria nº 545, expedida pelo MME em 07 de outubro de 2014, publicada no DOU nº 194 em 08 de outubro de 2014;
- (iii) **Santa Joana XI:** Portaria nº 529, expedida pelo MME em 30 de setembro de 2014, publicada no DOU nº 190 em 02 de outubro de 2014;
- (iv) **Santa Joana XII:** Portaria nº 663, expedida pelo MME em 17 de dezembro de 2014, publicada no DOU nº 245 em 18 de dezembro de 2014;
- (v) **Santa Joana XIII:** Portaria nº 530, expedida pelo MME em 30 de setembro de 2014, publicada no DOU nº 190 em 02 de outubro de 2014;
- (vi) **Santa Joana XV:** Portaria nº 664, expedida pelo MME em 17 de dezembro de 2014, publicada no DOU nº 245 em 18 de dezembro de 2014; e
- (vii) **Santa Joana XVI:** Portaria nº 531, expedida pelo MME em 30 de setembro de 2014, publicada no DOU nº 190 em 02 de outubro de 2014.

### CLÁUSULA III

#### OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

## 3.1. Objeto Social da Emissora

- 3.1.1. A Emissora tem por objeto social: participar, como acionista, no capital de outras sociedades ou empreendimentos cujo objeto social seja relacionado à geração e



comercialização de energia elétrica, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, em especial no que se refere à estruturação, desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica, conforme definido no artigo 3º de seu estatuto social.

### 3.2. Número da Emissão

- 3.2.1. As Debêntures representam a 1ª (primeira) Emissão, para distribuição pública, de Debêntures simples da Emissora.

### 3.3. Data de Emissão

- 3.3.1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de agosto de 2015 ("Data de Emissão").

### 3.4. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

- 3.4.1. Serão emitidas até 10.000 (dez mil) Debêntures.
- 3.4.2. A Emissão será realizada em série única (as "Debêntures").

### 3.5. Valor Total da Emissão

- 3.5.1. O valor total da Emissão é de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

### 3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

- 3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, em regime misto de colocação, ou seja, em regime de garantia firme e melhores esforços de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder ou dos Coordenadores, conforme o caso, nos termos do "*Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime Misto de Colocação das Debêntures da 1ª (primeira) Emissão da Chapada do Piauí I Holding S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora, o Coordenador Líder e os demais Coordenadores, conforme o caso ("Contrato de Distribuição"). Será admitida a distribuição parcial da Oferta Restrita mediante a colocação de, no mínimo, 7.000 (sete mil) Debêntures. As Debêntures que não forem objeto de colocação serão canceladas por meio de aditamento posterior.



- 3.6.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá ou os Coordenadores poderão, conforme o caso, acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476.
- 3.6.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item “iv” do referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.
- 3.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, especialmente, mas não limitadamente, a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias.
- 3.6.5. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores, a ser organizado pelo Coordenador Líder ou pelos Coordenadores, conforme o caso, para a definição, em conjunto com a Companhia, dos Juros Remuneratórios (conforme definido na Cláusula 4.2.2.1 abaixo), observadas as disposições constantes do Contrato de Distribuição (“Procedimento de Bookbuilding”).
- 3.6.6. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder ou com os Coordenadores da Oferta Restrita, conforme o caso; e (ii) informar ao Coordenador Líder a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita no prazo de até 01 (um) Dia Útil contado de tal contato, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.
- 3.6.7. Serão atendidos os clientes do Coordenador Líder ou dos Coordenadores, conforme o caso, que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do



Coordenador Líder ou dos Coordenadores, conforme o caso, com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder ou dos Coordenadores, conforme o caso, desde que tais investidores sejam considerados Investidores Qualificados e atestem seu conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.

- 3.6.8. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476.
- 3.6.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto ou condições diversas das previstas nesta Escritura de Emissão pelo Coordenador Líder ou pelos Coordenadores, conforme o caso, aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.
- 3.6.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelas atuais acionistas da Emissora.
- 3.6.11. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, ou de acordo com os procedimentos do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula III.
- 3.6.12. Poderá ser constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

### 3.7. Banco Liquidante e Escriturador

- 3.7.1. Para fins da presente Emissão, o banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e a instituição escrituradora das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"). O Escriturador será responsável por realizar, entre outras atribuições descritas no Manual de Normas da CETIP, a escrituração das Debêntures. O Banco Liquidante e o Escriturador poderão ser substituídos a qualquer tempo.

### 3.8. Destinação dos Recursos

- 3.8.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados exclusivamente para

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 12



realizar o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados a investimentos em ativos fixos nas SPÉs, conforme as Portarias mencionadas acima, com capacidade instalada total de 205,1 MW (duzentos e cinco vírgula um megawatts), localizados nos municípios de Marcolândia e Caldeirão Grande do Piauí, no Estado do Piauí ("Complexo Eólico Chapada do Piauí I" ou "Projeto"). A descrição detalhada do Projeto está anexa à presente Escritura de Emissão na forma do Anexo I.

### 3.9. Público Alvo da Oferta Restrita

3.9.1. O público alvo da Oferta Restrita é composto exclusivamente por Investidores Qualificados.

### 3.10. Preço de Subscrição

3.10.1. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.1.1), acrescido da Atualização Monetária (conforme definida na Cláusula 4.2.1.1) e dos Juros Remuneratórios (conforme definido na Cláusula 4.2.2.1) incidente *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

4.1.1. **Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, e contarão com as Garantias descritas nas Cláusulas 4.15, 4.16, 4.17 e 4.18 desta Escritura de Emissão. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia fidejussória a ser convolada em espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures, a partir da data de início de distribuição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e à BM&FBOVESPA, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido na Cláusula 4.2.1.1) acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado (conforme Cláusula 5.1 abaixo) e Oferta de Resgate Antecipado (conforme definida na Cláusula 4.10.3), e em observância ao artigo 1º da Resolução 3.947 do CMN, as Debêntures terão prazo de vigência de 163 (cento e sessenta e três) meses, sendo o vencimento em 15 de março de 2029 (“Data de Vencimento das Debêntures”).

4.2. **Atualização Monetária e Juros Remuneratórios:** As Debêntures serão atualizadas monetariamente e farão jus aos juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:

4.2.1. **Atualização Monetária das Debêntures:**

4.2.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado (“IPCA”), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento de atualização monetária, se houver), calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

C = Fator acumulado das variações mensais do índice utilizado calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{dup/dut} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 14



dup = número de Dias Úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice utilizado, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês “k”.

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{dup/dut} \right]$$

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se “data de aniversário” todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures.

Se até a data de aniversário das Debêntures o NI<sub>k</sub> não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI<sub>k</sub> na apuração do Fator “C” um número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA (“Número Índice Projetado” e “Projeção”) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9/09/34 15



Onde:

NIkp = Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável.

O número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.2.1.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência do IPCA"), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar AGD (conforme abaixo definido) para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, observada a boa fé, a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão a mesma variação produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.1.6. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD da Emissora referida na Cláusula anterior, a respectiva AGD não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.2.1.7. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre os Debenturistas e a Emissora, em deliberação realizada em AGD, de acordo com o quorum estabelecido na Cláusula 8.4.1 adiante, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, a totalidade das Debêntures deverão ser resgatadas antecipadamente e, conseqüentemente, canceladas pela Emissora, sem multa ou prêmio





de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da respectiva Data de Incorporação (conforme definida na Cláusula 4.3.2) ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definida na Cláusula 4.3.2) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator "C" o último número índice do IPCA divulgada oficialmente.

#### 4.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures:

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual, a ser definido por meio do Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, observada a taxa máxima equivalente a 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano e a taxa mínima equivalente a 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescido exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B 2030, com vencimento em 2030 ("NTN-B 2030"). As taxas internas de retorno da NTN-B deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, apuradas pela média aritmética do fechamento do terceiro, segundo e primeiro Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, a partir da Data de Emissão (inclusive), da Data de Incorporação dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive) ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme abaixo definido) (exclusive), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo.

4.2.2.1.1. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização (exclusive), calculado com 08 (oito) casas decimais sem arredondamento;



VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = taxa de juros fixa, a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, observadas as taxas mínima e máxima previstas na Cláusula 4.2.2.1 acima na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, Data de Incorporação ou Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.2.2 A fixação dos Juros Remuneratórios nos termos da Cláusula 4.2.2.1 acima será objeto de ratificação da presente Escritura de Emissão por meio de aditamento, nos termos da minuta de aditamento constante do Anexo II a esta Escritura de Emissão, sendo dispensada a realização de AGD e/ou Atos Societários para tanto.

#### 4.3. Período de Capitalização e Capitalização de Juros Remuneratórios:

4.3.1. Define-se “Período de Capitalização das Debêntures” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, na Data de Incorporação imediatamente anterior (inclusive) ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na Data de Incorporação ou Data de Pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

4.3.2. Ressalvados os pagamentos nas hipóteses de vencimento antecipado e Oferta de Resgate Antecipado constantes das Cláusulas 5.1 e 4.10.3 desta Escritura de Emissão, respectivamente, os Juros Remuneratórios serão apurados nas datas indicadas abaixo e incorporados ou pagos, conforme definido abaixo, nestas mesmas datas (cada uma das datas abaixo, uma “Data de Incorporação” ou “Data de Pagamento de Juros Remuneratórios”, conforme aplicável): os Juros Remuneratórios serão apurados semestralmente sempre no dia 15 do mês

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 18



de março e no dia 15 do mês setembro de cada ano, sendo certo que (i) os Juros Remuneratórios calculados entre a Data de Emissão e o dia em 15 de março de 2016 serão incorporados ao Valor Nominal Atualizado; e (ii) o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures será realizado em 15 de setembro de 2016 (data do primeiro pagamento), sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures. Farão jus aos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, conforme o caso.

#### 4.4. Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

4.4.1. Ressalvados os pagamentos nas hipóteses de vencimento antecipado e Oferta de Resgate Antecipado constantes das Cláusulas 5.1 e 4.10.3 desta Escritura de Emissão, respectivamente, o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado em 20 (vinte) parcelas semestrais, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma disposto a seguir:

Data de Amortização	Proporção do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado*	Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado**
15 de setembro de 2019	0,100000%	0,100000%
15 de março de 2020	0,500000%	0,500500%
15 de setembro de 2020	0,000000%	0,000000%
15 de março de 2021	0,300000%	0,30181%
15 de setembro de 2021	0,000000%	0,000000%
15 de março de 2022	0,100000%	0,10091%
15 de setembro de 2022	0,000000%	0,000000%
15 de março de 2023	3,000000%	3,03030%
15 de setembro de 2023	4,000000%	4,16667%
15 de março de 2024	5,000000%	5,43478%
15 de setembro de 2024	5,000000%	5,74713%
15 de março de 2025	8,000000%	9,75610%
15 de setembro de 2025	7,000000%	9,45946%
15 de março de 2026	6,000000%	8,95522%
15 de setembro de 2026	9,000000%	14,75410%
15 de março de 2027	8,000000%	15,38462%
15 de setembro de 2027	12,000000%	27,27273%
15 de março de 2028	10,000000%	31,25000%
15 de setembro de 2028	9,000000%	40,90909%
15 de março de 2029	13,000000%	100,00000%

\* Percentuais destinados para fins meramente referenciais.

\*\* Percentuais destinados à amortização do Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 19



#### 4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP; (b) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures depositadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; ou (c) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que eventualmente não estejam depositadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

#### 4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão quando as datas de tais pagamentos coincidirem com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

#### 4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados *pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

#### 4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária, Juros Remuneratórios ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.9. Repactuação Programada

4.9.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.



**4.10. Amortização Extraordinária, Resgate Antecipado Compulsório e Oferta de Resgate Antecipado**

- 4.10.1. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.
- 4.10.2. As Debêntures não estarão sujeitas ao resgate antecipado compulsório pela Emissora, total ou parcial.
- 4.10.3. A Emissora poderá realizar, desde que permitido pela Lei 12.431 (ou por outra norma que verse sobre o mesmo tema), e na forma a ser regulamentada pelo CMN, oferta de resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, a ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate Antecipado").
- 4.10.4. A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser precedida de comunicação a ser publicada nos termos da Cláusula 4.12.1 abaixo, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias à realização do pagamento da Oferta de Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado"). Após a publicação da Comunicação de Resgate Antecipado, os Debenturistas que desejarem aderir à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação de Resgate Antecipado, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.
- 4.10.5. A Emissora deverá, na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, comunicar à CETIP ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso, através de correspondência com a anuência do Agente Fiduciário, da realização da Oferta de Resgate Antecipado com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento referente à Oferta de Resgate Antecipado. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito nos termos da Cláusula 4.5.1 desta Escritura de Emissão.
- 4.10.6. Os valores a serem pagos aos titulares das Debêntures em razão do resgate antecipado deverão ser equivalentes no mínimo ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão, Data de Incorporação ou último pagamento, conforme o caso, até a data do efetivo resgate ("Valor do Resgate Antecipado").
- 4.10.7. A Comunicação de Resgate Antecipado deverá conter: (i) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (ii) a forma de manifestação à Emissora pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (iii) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures aos respectivos titulares de Debêntures que indicarem seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado, que será a



mesma para todas as Debêntures, e que deverá ocorrer em uma única data, a ser definida na publicação da Comunicação do Resgate Antecipado; e (iv) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures dos respectivos titulares de Debêntures que indicaram seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado.

#### 4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. Após decorridos 02 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto nos incisos I e II do § 1º do artigo 1º da Lei 12.431, as Debêntures em Circulação poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta cláusula poderão: (i) desde que permitido pela regulamentação aplicável, ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, observado que, na data de celebração desta Escritura de Emissão, o referido cancelamento não é permitido; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos mecanismos de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação nos termos da Cláusula 4.2.1. e 4.2.2. acima. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

#### 4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

#### 4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, onde serão inscritos os nomes dos Debenturistas. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP ou

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359.5 9409/34 22



pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem depositadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, respectivamente.

#### **4.14. Tratamento Tributário**

- 4.14.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431.
- 4.14.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.
- 4.14.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.14.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador ou pela Emissora.
- 4.14.4. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 3.8.1, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pela multa, a ser paga nos termos da Lei 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto.
- 4.14.5. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.14.4 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

#### **4.15. Garantias Reais**

- 4.15.1. No âmbito da Emissão e em garantia às Debêntures, em até 120 (cento e vinte) dias

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 23



contados da data de integralização das Debêntures ou do encerramento da Oferta Restrita, o que ocorrer primeiro, as garantias abaixo descritas serão contratadas e os respectivos contratos serão registrados nos cartórios competentes e dentro dos prazos descritos nos respectivos instrumentos, para assegurar, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.19 desta Escritura de Emissão, o integral e pontual pagamento do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, acrescido da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias, presentes e futuras, previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário, verbas indenizatórias e despesas judiciais e extrajudiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturistas na execução das garantias previstas nesta Escritura de Emissão, ou na execução dos atos necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, conforme aplicável:

- (i) penhor da totalidade das ações de emissão das SPEs, atuais e futuramente detidas pela Emissora, e quaisquer outras ações representativas do capital social das SPEs que venham a ser subscritas ou adquiridas pela Emissora, ou das quais a Emissora se torne proprietária por qualquer meio, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, e conforme regulado em contrato a ser celebrado entre o BNDES, a Emissora e os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, com a interveniência das SPEs ("Penhor de Ações dos Parques");
- (ii) penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora, atuais e futuramente detidas pelas Intervenientes, e quaisquer outras ações representativas do capital social da Emissora que venham a ser subscritas ou adquiridas pelas Acionistas da Emissora, ou das quais as Acionistas da Emissora se tornem proprietárias por qualquer meio, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, e conforme regulado em contrato a ser celebrado entre o BNDES, as Acionistas da Emissora e os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora ("Penhor de Ações da Holding");
- (iii) cessão fiduciária, pelas SPEs, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei 4728/65"), dos direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva (CERs), celebrados ou que vieram a ser celebrados pelas SPEs com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, e, ainda, a totalidade dos demais direitos creditórios e receitas provenientes da venda de energia elétrica produzida pelas centrais geradoras eólicas integrantes do Projeto, que não tenham sido cedidos à Emissora, garantia que será constituída por meio de um contrato a ser celebrado entre o BNDES, as SPEs, a Emissora, os Debenturistas, representados pelo





Agente Fiduciário, e uma instituição financeira de primeira linha ("Banco Administrador") ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios");

- (iv) penhor, pelas SPEs, dos aerogeradores do Complexo Eólico Chapada do Piauí I a serem adquiridos, montados ou construídos com recursos do Contrato de Financiamento (conforme abaixo definido) e da presente Emissão, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, conforme regulado em contrato a ser celebrado entre o BNDES, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e as SPEs ("Penhor de Máquinas e Equipamentos");
- (v) penhor, pelas SPEs, dos direitos emergentes dos contratos de fornecimento de máquinas e equipamentos e dos contratos de operação e manutenção ("Contratos de O&M") celebrados para a implantação e operação do Projeto, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, conforme regulado em contrato a ser celebrado entre o BNDES, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e as SPEs ("Penhor de Direitos Creditórios");
- (vi) penhor, pelas SPEs, dos direitos emergentes das autorizações decorrentes das portarias emitidas pelo MME para operação e execução do Projeto relacionadas abaixo ("Autorizações"), bem como eventuais resoluções e/ou despachos da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") que venham a ser emitidos, incluídas as suas subseqüentes alterações, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, conforme regulado em contrato a ser celebrado entre o BNDES, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e as SPEs ("Penhor de Direitos Emergentes"):
- a) **Santa Joana IX:** Portaria MME nº 122, de 24/03/2014;
  - b) **Santa Joana X:** Portaria MME nº 106, de 18/03/2014;
  - c) **Santa Joana XI:** Portaria MME nº 102, de 12/03/2014;
  - d) **Santa Joana XII:** Portaria MME nº 119, de 24/03/2014;
  - e) **Santa Joana XIII:** Portaria MME nº 107, de 18/03/2014;
  - f) **Santa Joana XV:** Portaria MME nº 121, de 24/03/2014; e,
  - g) **Santa Joana XVI:** Portaria MME nº 105, de 18/03/2014;
- (vii) cessão fiduciária, pela Emissora, nos termos do §3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, dos direitos creditórios, presentes ou futuros, decorrentes dos CERS celebrados pelas SPEs com a CCEE, conforme relacionados abaixo, dos quais a Emissora seja cessionária por força do acordo de cessão de créditos, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas na presente Escritura de Emissão, conforme regulado em contrato a ser celebrado entre o BNDES, as



SPEs, a Emissora, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e o Banco Administrador ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Titulados pela Holding"). Referida cessão fiduciária abrangerá, ainda, quaisquer outros contratos de venda de energia que vierem a ser firmados pelas SPEs e cedidos à Emissora:

- a) **Santa Joana IX:** CER nº 228/13, de 27 de novembro de 2014;
- b) **Santa Joana X:** CER nº 206/13, de 04 de agosto de 2014;
- c) **Santa Joana XI:** CER nº 207/13, de 04 de agosto de 2014;
- d) **Santa Joana XII:** CER nº 208/13, de 04 de agosto de 2014;
- e) **Santa Joana XIII:** CER nº 209/13, de 04 de agosto de 2014;
- f) **Santa Joana XV:** CER nº 210/13, de 04 de agosto de 2014; e
- g) **Santa Joana XVI:** CER nº 211/13, de 04 de agosto de 2014.

4.15.2. Para os fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por "Garantias Reais" o Penhor de Ações dos Parques, o Penhor de Ações da Holding, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, o Penhor de Máquinas e Equipamentos, o Penhor de Direitos Creditórios, o Penhor de Direitos Emergentes e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Titulados pela Holding, quando referidos em conjunto, e por "Contratos de Garantia" os instrumentos que constituírem essas Garantias Reais.

4.15.3. A Emissora obriga-se a, com relação à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Titulados pela Holding, comprovar ao Agente Fiduciário a anuência prévia da CCEE a respeito das cessões fiduciárias

4.15.4. A Emissora obriga-se, ainda, quanto ao Penhor de Direitos Creditórios e ao Penhor de Direitos Emergentes, a comprovar ao Agente Fiduciário a ciência dos devedores dos créditos empenhados com relação a cada uma das SPEs, a respeito dos penhores, por meio de notificação a ser efetuada por cartório de títulos e documentos, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida dos devedores, averbada junto aos registros dos instrumentos que constituírem os penhores.

4.15.5. A Emissora obriga-se também a registrar o instrumento de garantia que constituir o Penhor de Ações dos Parques no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca do domicílio das SPEs, bem como averbar o referido penhor nos livros de "Registro de Ações Nominativas" das SPEs e/ou nos livros da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações das SPEs, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido à Emissora, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora obriga-se a registrar o instrumento de garantia que constituir o Penhor de Ações da Holding no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca do domicílio da Emissora, bem como averbar o referido penhor no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Emissora e/ou nos livros da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal: Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 26

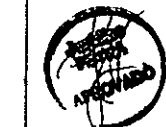


da Emissora, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido às Acionistas da Emissora, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações.

- 4.15.6. Sem prejuízo de outras contas necessárias para a operacionalização da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Titulados pela Holding, serão previstas as seguintes contas, cujos direitos e recursos ficarão cedidos fiduciariamente aos BNDES e aos Debenturistas, observado o compartilhamento previsto na Cláusula 4.19 abaixo: (1) contas correntes de titularidade das SPEs mantidas junto ao Banco Administrador, constituídas em benefício do BNDES e dos Debenturistas, respectivamente, exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente, não movimentáveis pela respectiva SPE, que deterá a sua titularidade ("Contas Centralizadoras"); (2) contas correntes de titularidade da Emissora mantidas junto ao Banco Administrador, não movimentáveis pela Emissora, constituídas em benefício do BNDES e dos Debenturistas, respectivamente, exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente e subsequente pagamento do serviço da dívida perante o BNDES e os Debenturistas, conforme o caso ("Contas Centralizadoras da Holding"); (3) contas correntes de titularidade da Emissora mantidas junto ao Banco Administrador, não movimentáveis pela Emissora, constituídas em benefício do BNDES e dos Debenturistas, respectivamente, para as quais será transferido das Contas Centralizadoras, até o último dia da carência, o valor necessário para perfazer o saldo correspondente a 3 (três) vezes o valor da primeira prestação do serviço da dívida e, a partir daquela data, a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, no caso de conta constituída em benefício do BNDES, ou o valor necessário para perfazer o saldo correspondente a 1 (uma) prestação do serviço da dívida futura, que deverá ser preenchida com 6 meses de antecedência ao seu efetivo pagamento, no caso de conta constituída em benefício dos Debenturistas, entendendo-se por "prestação do serviço da dívida" a soma da amortização do principal e dos acessórios das dívidas decorrentes do Contrato de Financiamento (conforme definido na Cláusula 4.18.1) ou das Debêntures, conforme o caso ("Contas Reservas para Serviço da Dívida"); (4) contas correntes de titularidade da Emissora mantidas junto ao Banco Administrador, não movimentáveis pela Emissora, constituídas em benefício do BNDES e dos Debenturistas, respectivamente, para as quais será transferido das Contas Centralizadoras, até o último dia da carência, o valor necessário para perfazer o montante equivalente a 1/4 (um quarto) do valor anual de pagamentos que cabe a cada uma das SPEs em decorrência dos respectivos Contratos de O&M, devendo providenciar-se, no dia 31 de dezembro de cada ano, para que o saldo corresponda a 1/4 (um quarto) do valor de pagamentos previstos para o ano subsequente ("Contas Reservas de O&M").
- 4.15.7. Poderão ser criadas e mantidas sob cessão fiduciária outras contas correntes diversas das especificadas na Cláusula 4.15.6 acima caso sejam necessárias para a operacionalização

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TENT\_SIP 10286359v5 9409/34 27



da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e/ou da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Titulados pela Holding.

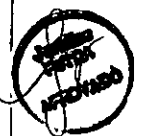
4.15.8. Caso, em cada uma das datas de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") (apurado na forma da Cláusula 6.1.1, alínea (a), item (i) e conforme metodologia de cálculo constante do Anexo V à presente Escritura de Emissão), não seja atingido o índice de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), mas o ICSD apurado seja superior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (exclusive), a Emissora deverá depositar na "Conta de Complementação do ICSD", a ser especialmente criada na ocasião nos termos da Cláusula 4.15.7 acima, recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na Conta de Complementação do ICSD, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da referida data de apuração, nos termos desta Escritura de Emissão e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

#### 4.16. Fiança

4.16.1 As SPEs, por este ato e na melhor forma de direito, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, nos termos do artigo 275 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), prestam, cada uma, em caráter irrevogável e irretratável, fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, renunciando cada uma, neste ato, expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), e obrigando-se solidariamente entre si e com a Emissora, pelo fiel e exato cumprimento de todas as Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 4.16.2 abaixo) ("Fiança").

4.16.2. A Fiança visa a garantir o integral e pontual pagamento do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, acrescido da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, às Debêntures, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias, presentes e futuras, previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário, verbas indenizatórias e despesas judiciais e extrajudiciais incorridas pelo Agente Fiduciário e pelos Debenturistas na execução das garantias previstas nesta Escritura de Emissão, apurados na data da execução da Fiança, ou na execução dos atos necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, conforme aplicável ("Obrigações Garantidas").

4.16.3. As SPEs se obrigam a, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar o valor correspondente às Obrigações Garantidas no prazo de até 03 (três) Dias



Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas. Tal comunicação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures após, respeitados os prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão, a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.

- 4.16.4. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas SPEs em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, desde que de acordo com a legislação vigente, devendo as SPEs, nesses casos, pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis. Os pagamentos mencionados nesta Cláusula deverão ser realizados fora do âmbito da CETIP e da BM&FBOVESPA e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.
- 4.16.5. A Fiança aqui referida é prestada até a liquidação integral das Obrigações Garantidas.
- 4.16.6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas SPEs com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão perante os Debenturistas.
- 4.16.7. As SPEs renunciam, neste ato, até a data de quitação plena e integral da totalidade das Debêntures, à sub-rogação nos direitos de crédito correspondentes às obrigações assumidas nesta Cláusula. Assim, até que haja a quitação plena e integral das Debêntures, na hipótese de excussão da presente Fiança, as SPEs não terão qualquer direito de reaver da Emissora e/ou dos Debenturistas qualquer valor decorrente da execução das Fianças.
- 4.16.8. A Fiança de que trata esta cláusula foi devidamente aprovada na forma da Cláusula 1.2.1 desta Escritura de Emissão, e caberá ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça, requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, quantas vezes forem necessárias, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos nos termos desta Escritura de Emissão no âmbito das Debêntures, até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas, sendo certo que a inobservância, pelo Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas, dos prazos para execução da Fiança constituída em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.



4.16.9. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras modificações nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e/ou nos demais documentos da Oferta Restrita, desde que quaisquer tais aditamento sejam firmados por escrito entre as Partes.

#### 4.17. Cartas de Fiança

4.17.1. Adicionalmente à Fiança, observados os valores dispostos na Cláusula 4.17.2 abaixo, a Emissora contratará, como condição prévia à subscrição e integralização das Debêntures, fiança bancária nos termos abaixo descritos para garantir o integral e pontual pagamento do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, acrescido da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias, presentes e futuras e demais encargos previstos na presente Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas na execução das respectivas cartas de fiança ("Obrigações Afiançadas").

4.17.2. A Emissora contratará fiança bancária, no valor agregado das Debêntures que venham a ser efetivamente emitidas no âmbito da presente Emissão, referente aos recursos que serão destinados para as SPEs decorrentes da colocação das Debêntures, a qual será emitida em benefício único e exclusivo dos Debenturistas, nos termos dos artigos 818 do Código Civil, e formalizada por meio de carta(s) de fiança ("Cartas de Fiança", cuja definição inclui quaisquer outras cartas de fiança que venham a sucedê-las), conforme modelo constante do Anexo III à presente Escritura de Emissão, a ser prestada por instituição financeira com *rating* mínimo AA em escala local, por S&P, Moody's ou Fitch, responsabilizando-se, nos termos das Cartas de Fiança, pelo fiel e exato cumprimento das Obrigações Afiançadas.

4.17.3. As Cartas de Fiança serão reduzidas a 25% (vinte e cinco por cento) das Obrigações Afiançadas desde que (i) as Garantias Reais estejam devidamente constituídas e formalizadas em favor dos Debenturistas; (ii) a Emissora comprove a Conclusão Física do Projeto (conforme abaixo definido); e (iii) a Emissora e as demais empresas integrantes de seu grupo econômico estejam em dia com todas as suas obrigações contratuais perante o Sistema BNDES e os Debenturistas ("Redução da Fiança Bancária").

4.17.4. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.17.3 acima, a Emissora obriga-se a manter em vigor as Cartas de Fiança até (i) a quitação integral das Debêntures ou até (ii) a Conclusão Total do Projeto (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro dentre as hipóteses (i) e (ii) acima ("Liberção da Fiança Bancária").

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 30



- 4.17.5. A comprovação do cumprimento da Conclusão Física e/ou Total do Projeto para os fins previstos na Cláusula 4.17.3 e 4.17.4, item "ii", acima, conforme aplicável, se dará com o envio pela Emissora ao Agente Fiduciário de declaração por parte do BNDES atestando a Conclusão Física e/ou Total do Projeto (conforme definida abaixo), conforme aplicável, juntamente com uma declaração (i) confirmando o recebimento da declaração de Conclusão Física e/ou Total do Projeto por parte do BNDES, conforme aplicável; (ii) atestando o cumprimento das condições para a Conclusão Física e/ou Total do Projeto (conforme definida abaixo), conforme aplicável, nos termos da Cláusula 4.20 abaixo; e (iii) atestando a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os Debenturistas, nos termos do modelo de "Declaração de Conclusão Física e/ou Total do Projeto", na forma do Anexo IV desta Escritura de Emissão.
- 4.17.6. As Partes desde já concordam que tão logo confirmado pelo Agente Fiduciário o recebimento das declarações mencionadas na Cláusula 4.17.5 acima não será necessária a realização de AGD tampouco qualquer anuência de quaisquer detentores das Debêntures para formalizar a Redução da Fiança Bancária e/ou a Liberação da Fiança Bancária, observado, no entanto, o disposto no item 4.17.7 abaixo.
- 4.17.7. Em qualquer circunstância, o Agente Fiduciário somente deverá proceder com a Redução da Fiança Bancária e/ou Liberação da Fiança Bancária, conforme aplicável, caso não tenha notificado a Emissora previamente à Redução da Fiança Bancária e/ou Liberação da Fiança Bancária, conforme aplicável, acerca da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou, caso tenha notificado, este Evento de Inadimplemento já tenha sido resolvido nos termos desta Escritura de Emissão.
- 4.17.8. Caberá ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, das Cartas de Fiança, quantas vezes forem necessárias, conforme função que lhe é atribuída, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e no âmbito das Debêntures, até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Afiançadas.
- 4.17.9. A Fiança Bancária deverá ser emitida com validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser constantemente renovada ou substituída, por igual período, nos termos da Cláusula 4.17.10 abaixo, sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.17.3 acima, de forma que as Cartas de Fiança sempre estejam em vigor até a quitação integral das Debêntures ou até o cumprimento pela Emissora das condições estabelecidas para a Conclusão Total do Projeto, conforme disposto na Cláusula 4.15.5 acima.
- 4.17.10. Na hipótese da Conclusão Total do Projeto e/ou da liquidação integral das Debêntures não ocorrer em até 60 (sessenta) dias antes das respectivas datas de vencimento das Cartas de Fiança, a Emissora deverá renová-las ou substituí-las por novas fianças bancárias em até 60 (sessenta) dias antes das respectivas datas de vencimento das Cartas



de Fiança, de maneira substancial com os mesmos termos e condições das Cartas de Fiança originalmente emitidas, por um prazo adicional de 24 (vinte e quatro) meses, junto a instituições financeiras com *rating* mínimo "AA" em escala local, por S&P, Moody's ou Fitch. Referida renovação deverá ser feita quantas vezes necessário, sempre em até 60 (sessenta) dias antes das respectivas datas de vencimento das fianças bancárias, para que as Debêntures permaneçam garantidas até que ocorra a Conclusão Total do Projeto ou a liquidação integral das Obrigações Afiançadas, o que ocorrer primeiro e conforme aplicável.

4.17.11. As Cartas de Fiança deverão ser registradas às expensas da Emissora nos respectivos cartórios de registro de títulos e documentos competentes da sede do Agente Fiduciário e do emissor de cada Carta de Fiança, nos termos do artigo 129 da Lei de Registros Públicos, devendo uma via original das Cartas de Fiança devidamente registradas ser entregue ao Agente Fiduciário previamente à subscrição e integralização das Debêntures. Todos os custos e despesas relativos à emissão das Cartas de Fiança, incluindo comissões, registros, dentre outros serão arcados única e exclusivamente pela Emissora.

4.17.12. As Cartas de Fiança contratadas pela Emissora, nos termos desta Cláusula 4.17, serão devolvidas pelo Agente Fiduciário para sua respectiva emissora em até 1 (um) Dia Útil após o respectivo vencimento das Cartas de Fiança.

4.17.13. Para os fins da presente Escritura de Emissão entende-se por "Garantias" as Garantias Reais, a Fiança e as Cartas de Fiança, quando referidas em conjunto.

4.17.14. O Agente Fiduciário deverá verificar a regularidade da constituição das Garantias (conforme abaixo definidas), incluindo os devidos registros e averbações conforme termos previsto na presente Escritura de Emissão e nos referidos contratos. Para tanto, a Emissora entregará ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 2.4 acima: (i) 1 (uma) via original dos Contratos de Garantia, desta Escritura de Emissão e das Cartas de Fiança devidamente registrados; e (ii) cópia autenticada do Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora e das SPES, evidenciando a anotação referida na Cláusula 4.15.5 acima.

#### **4.18. Convolação em Debêntures da Espécie com Garantia Real**

4.18.1. Uma vez verificada a constituição das Garantias Reais, as Debêntures deixarão de ser da espécie "quirografária com garantia fidejussória", e passarão a ser da espécie "com garantia real com garantia adicional fidejussória".

4.18.2. As Partes ficam desde logo autorizados a celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão, nos termos do Anexo VI à presente Escritura de Emissão, para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de "quirografárias com garantia fidejussória",

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 32





para “com garantia real com garantia adicional fidejussória”, mediante a constituição das Garantias Reais nos termos da Cláusula 4.15. acima. Fica desde já estabelecido que não será necessária a realização de AGD ou de qualquer outra formalidade por parte da Emissora, das SPEs ou das Acionistas da Emissora para aprovação do respectivo aditamento, cuja celebração deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados do registro dos Contratos de Garantia nos cartórios competentes, conforme estabelecido em tais instrumentos. *O aditamento referido nesta Cláusula deverá ser levado a registro na JUCESP conforme disposto na Cláusula 2.2.2 acima.*

#### 4.19. Compartilhamento das Garantias Reais

4.19.1. As Garantias Reais serão compartilhadas, proporcionalmente ao saldo devedor atualizado do Contrato de Financiamento e ao saldo devedor das Debêntures, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, entre: (i) os titulares das Debêntures e (ii) o BNDES, na qualidade de credor do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.1269.1, celebrado em 09 de março de 2015 entre o BNDES, a Emissora, as Acionistas da Emissora e as SPEs (“Contrato de Financiamento”), sendo o compartilhamento efetuado por meio de “Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças” a ser celebrado entre BNDES e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (“Contrato de Compartilhamento de Garantias”).

#### 4.20. Fases do Complexo Eólico Chapada do Piauí I

4.20.1. Para fins e efeitos da presente Escritura de Emissão, a Conclusão Física do Projeto e a Conclusão Financeira do Projeto ocorrerão da forma abaixo, sendo que a Conclusão Total do Projeto ocorrerá com a verificação cumulativa da Conclusão Física do Projeto e da Conclusão Financeira do Projeto:

- (i) A “Conclusão Física do Projeto” se dará com a implantação das sete centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico Chapada do Piauí I, EOL SANTA JOANA IX, EOL SANTA JOANA X, EOL SANTA JOANA XI, EOL SANTA JOANA XII, EOL SANTA JOANA XIII, EOL SANTA JOANA XV e EOL SANTA JOANA XVI, e a apresentação cumulativa de:
- a) licenças ambientais de operação das centrais geradoras eólicas EOL SANTA JOANA IX, EOL SANTA JOANA X, EOL SANTA JOANA XI, EOL SANTA JOANA XII, EOL SANTA JOANA XIII, EOL SANTA JOANA XV e EOL SANTA JOANA XVI e do respectivo sistema de transmissão, oficialmente publicadas, expedidas pelo órgão ambiental competente;
  - b) despacho da Superintendência de Fiscalização de Geração da ANEEL autorizando a entrada em operação comercial das centrais geradoras eólicas EOL SANTA



JOANA IX, EOL SANTA JOANA X, EOL SANTA JOANA XI, EOL SANTA JOANA XII, EOL SANTA JOANA XIII, EOL SANTA JOANA XV e EOL SANTA JOANA XVI, ou ato equivalente que permita o início da operação das referidas centrais geradoras eólicas antes do despacho da ANEEL;

- c) comprovação de recebimento da primeira parcela da receita oriunda dos CERs celebrados entre cada uma das SPEs e a CCEE;
- d) comprovação da integralização no capital das SPEs, ou comprovação de aporte, por outro meio legal, dos valores liberados pelo BNDES relativos ao Contrato de Financiamento, bem como dos valores captados pela Emissora com a presente Emissão, até o segundo dia útil subsequente à liberação dos recursos do Contrato de Financiamento pelo BNDES, por qualquer dos seguintes meios: (i) por integralização de capital ou adiantamento para futuro aumento de capital irrevogável e destituído de remuneração; (ii) por mútuo; (iii) como contrapartida da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Titulados pela Holding, ou (iv) qualquer outro meio legal desde que prévia e expressamente autorizado pelo BNDES, ressalvada a possibilidade de retenção pela Emissora do montante necessário ao pagamento das despesas com as Cartas de Fiança e eventuais despesas acessórias;
- e) apresentação das apólices de seguro, acompanhados dos respectivos comprovantes de quitação do prêmio, do (i) seguro na modalidade de Responsabilidade Civil, tendo como objeto a cobertura da responsabilidade legal das SPEs com relação a danos, custos e despesas de indenizações decorrentes de morte ou lesão a terceiros e/ou com relação a danos a propriedades de terceiros causados pelo Projeto; e do (ii) seguro patrimonial (*property all risks*), tendo como objeto a cobertura de máquinas e equipamentos permanentes, que deverá ter como beneficiário, em caráter irrevogável e irretirável, o BNDES e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas;
- f) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade da operação do Complexo Eólico Chapada do Piauí I;
- g) estar a Emissora, bem como as demais empresas integrantes grupo econômico a que esta pertença, em dia com todas as suas obrigações contratuais perante o Sistema BNDES;
- h) comprovação da constituição válida de todas as Garantias Reais e dos seguros relativos aos aerogeradores de propriedade das SPEs;
- i) comprovação do cancelamento das hipotecas incidentes sobre os seguintes terrenos: a) matrícula nº 612, sito no município de Simões, de propriedade de Renato José Carvalho; b) matrícula nº 155, sito no município de Marcolândia, de propriedade de Valdinar de Góes Sousa; e c) matrícula nº 367, sito no município



de Marcolândia, de propriedade de Herculano José da Silva; e

- j) comprovação de aporte de capital na Emissora referente à diferença entre o valor efetivo de colocação das Debêntures e o valor da Emissão de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).
- (ii) A "Conclusão Financeira do Projeto" se dará com a ocorrência cumulativa das seguintes condições:
- a) comprovação de geração mínima líquida consolidada de todo o Complexo Eólico Chapada do Piauí I (referida no centro de gravidade) de 909,7 GWh em um período de 12 (doze) meses consecutivos;
  - b) atendimento do ICSD de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos);
  - c) preenchimento integral (i) das Contas Centralizadoras; (ii) das Contas Centralizadoras Holding; (iii) das Contas Reservas do Serviço da Dívida; e (iv) das Contas Reservas de O&M, na forma dos contratos que constituírem a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Titulados pela Holding;
  - d) a inexistência de quaisquer dívidas da Emissora e/ou das SPEs com terceiros, bem como de mútuos entre a Emissora, as SPEs e/ou seus acionistas ou pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, salvo as hipóteses expressamente previstas nesta Escritura de Emissão;
  - e) estar a Emissora, bem como as demais empresas integrantes do grupo econômico a que esta pertença, em dia com todas as suas obrigações contratuais perante o Sistema BNDES;
  - f) comprovação de utilização, pela Emissora de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos referentes ao Subcrédito "D" do Contrato de Financiamento;
  - g) comprovação de aplicação no Projeto de todos os recursos liberados pelo BNDES e os captados por meio das Debêntures, além do capital próprio; e
  - h) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão da operação ou continuidade da operação do Complexo Eólico Chapada do Piauí I.

#### 4.21. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

- 4.21.1 A Emissora obriga-se a providenciar e enviar ao Agente Fiduciário, previamente à data programada para envio da ordem de subscrição e integralização das Debêntures pelos



Investidores Qualificados:

- (i) uma via original desta Escritura de Emissão devidamente registrada nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes;
- (ii) uma via original desta Escritura de Emissão devidamente arquivada perante a JUCESP;
- (iii) uma via original das Cartas de Fiança devidamente registradas nos respectivos cartórios de registro de títulos e documentos competentes; e
- (iv) cópia do relatório preliminar de classificação de risco (*rating*) das Debêntures por agência de classificação dentre Standard&Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina e enviar a referida súmula ao Agente Fiduciário tempestivamente.

#### CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

- 5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.9 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por perdas e danos que compense integralmente o eventual dano causado pelo inadimplemento, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Cláusula, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):
- (a) não pagamento, pela Emissora, nas respectivas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, do Valor Nominal Unitário Atualizado, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do respectivo vencimento;
  - (b) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs e/ou das Intervenientes, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs e/ou das Intervenientes, ou de falência relativo à Emissora e/ou a quaisquer das SPEs e/ou das Intervenientes formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal e não tenha sido efetuado por má-fé, sendo certo que para as Intervenientes as disposições desta alínea somente será aplicáveis até a data da Conclusão Total do Projeto;
  - (c) não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção das Autorizações;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 36



- (d) desde que não elidido em 2 (dois) Dias Úteis, a não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção de demais autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, cuja ausência impeça a construção, desenvolvimento e manutenção do Projeto (observado o respectivo estágio de implantação do Projeto);
- (e) declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES ou suas subsidiárias;
- (f) a transformação da Emissora em outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 e 221 da Lei das Sociedades por Ações, e sem prejuízo ao disposto no artigo 222 da Lei das Sociedades por Ações, exceto no caso de abertura de capital da Emissora;
- (g) declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento contratado pela Emissora, pelas SPEs e/ou por quaisquer sociedades de seus respectivos grupos econômicos com o BNDES ou suas subsidiárias, bem como qualquer mudança substancial ou significativa ocorridas nestes contratos que, comprovadamente, afete a capacidade de pagamento da Emissora e/ou das SPEs das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Oferta Restrita;
- (h) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou por quaisquer das SPEs e/ou das Intervenientes, conforme aplicável, sendo certo que para as Intervenientes as disposições desta alínea somente será aplicáveis até a data da Conclusão Total do Projeto;
- (i) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, por quaisquer das SPEs ou por seus respectivos dirigentes, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, observado o devido processo legal;
- (j) constituição (i) voluntária pela Emissora, pelas Intervenientes ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em AGD representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, de penhor ou qualquer outro gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos, ainda que sob condição suspensiva, ressalvado o compartilhamento mencionado na Cláusula 4.19 acima ou (ii) involuntária de qualquer gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos, cujos efeitos



não sejam revertidos ou suspensos em até 30 (trinta) dias contados da constituição involuntária;

- (k) descumprimento: (i) pela Emissora, pelas Intervenientes ou por quaisquer das SPEs, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido ou em prazo específico previsto nesta Escritura de Emissão, o que for maior; ou (ii) pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs e/ou das Intervenientes, de quaisquer obrigações assumidas nos Contratos de Garantia, na Fiança, nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão dos quais fazem parte, observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos, ou, caso não exista um prazo de cura específico em tais instrumentos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido acerca do respectivo descumprimento, o que for maior;
- (l) sem prejuízo do disposto na alínea (m) abaixo, concessão de preferência a outros créditos ou assunção de novas dívidas, pela Emissora ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em AGD representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ressalvadas assunções de dívidas em função de obrigações regulatórias regulares junto à ANEEL, à CCEE e/ou a ONS, no valor, individual ou agregado, de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- (m) emissão de debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em AGD representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (n) celebração, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, de contratos de mútuo ou adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"), exceto se os AFACs forem irrevogáveis, irretiráveis e destituídos de remuneração, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em AGD representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, ressalvados: (i) aqueles mútuos ou AFACs celebrados até o término da implantação do Projeto, destinados exclusivamente para a implementação do Projeto, os quais deverão ser quitados até 30 (trinta) dias após a última liberação de recursos pelo BNDES nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES; (ii) os contratos de mútuo ou AFACs celebrados entre a Emissora, na qualidade de mutuante, e as SPEs, na qualidade de mutuárias, destinados exclusivamente a adiantar recursos para a implementação do Projeto, os quais deverão ser quitados até 30 (trinta) dias após a última liberação de recursos pelo BNDES nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES; (iii) os contratos de mútuo

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504

Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR



celebrados entre a Emissora, na qualidade de mutuária, e as SPEs, na qualidade de mutuantes, nos termos dos contratos que constituírem a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ou a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Titulados pela Holding, efetuados com o objetivo de suprir recursos à Emissora para que esta liquide suas obrigações assumidas junto ao BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES, e aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão; (iv) os contratos de mútuo pelos quais a Emissora eventualmente aporte nas SPEs recursos oriundos da Conta Reserva de O&M para os fins aplicáveis àqueles recursos, nos termos dos contratos que constituírem a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Titulados pela Holding;

- (o) resgate ou amortização de ações, distribuição, pela Emissora, de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de AFAC, ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, exceto: (i) se aprovado expressa e previamente pelos Debenturistas, estes últimos conforme deliberações tomadas em AGD, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão; (ii) para a devolução dos recursos recebidos conforme previsto no subitem (i) da alínea (n) acima; e (iii) no caso de devolução total ou parcial de AFAC, desde que não remunerado e desde que respeitada a manutenção do capital social integralizado e/ou de AFAC pela Emissora no valor mínimo de R\$ 190.489.000,00 (cento e noventa milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais), devendo a diferença ser integralizada ao capital social da Emissora, até 14 de abril de 2016; (iv) se verificada, cumulativamente, a ocorrência do seguinte: (x) verificada a Conclusão Física do Projeto, nos termos da Cláusula 4.19 acima; (y) preenchidas as Contas Centralizadoras, as Contas Centralizadoras da Holding, as Contas Reservas do Serviço da Dívida e as Contas Reservas de O&M, na forma dos contratos que constituírem a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Titulados pela Holding; (z) atingido ICSD de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos); (v) se verificada a inexistência de inadimplemento de qualquer empresa que pertença ao grupo econômico da Emissora perante o Sistema BNDES; e (vi) se comprovada a geração mínima consolidada de todas as centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico Chapada do Piauí I de 909.7 Gigawatt-hora, calculada no respectivo centro de gravidade, no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores à verificação;
- (p) sem prejuízo da alínea (o) acima, resgate, amortização ou bonificação de ações, ou distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou ainda a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas quando a Emissora estiver inadimplente com qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, ressalvado o mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;



- (q) redução de capital social da Emissora ou de quaisquer SPEs, independentemente de distribuição de recursos às suas acionistas diretas ou indiretas, sem a prévia aprovação por Debenturistas reunidos em AGD, exceto por força de determinação legal ou regulamentar;
- (r) declaração de vencimento antecipado ou descumprimento de qualquer obrigação financeira assumida pela Emissora ou por quaisquer das SPEs junto a quaisquer instituições financeiras, em montante individual superior a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ou agregado, considerando-se a Emissora e as SPEs em conjunto, superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA ou por outro índice que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até o respectivo vencimento antecipado ou descumprimento, respeitados os respectivos prazos de cura previstos em tais documentos;
- (s) protesto de títulos contra a Emissora ou quaisquer das SPEs, em montante individual superior a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) ou agregado, considerando-se a Emissora e as SPEs em conjunto, superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA ou por outro índice que venha a substituí-lo, desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado ao Agente Fiduciário, pela Emissora ou por quaisquer das SPEs, que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros e desde que o protesto seja efetivamente suspenso dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal ou (iii) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;
- (t) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (u) se as Garantias tornarem-se ineficazes, inexecutáveis ou inválidas e não forem substituídas ou complementadas por garantias previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em AGD representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) no prazo especificado na respectiva AGD;
- (v) degradação dos bens dados em garantia aos Debenturistas, conforme previsto nos Contratos de Garantia, ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material tais Garantias (e desde que tais Garantias não sejam substituídas por garantias previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em AGD representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, devendo tal substituição ocorrer no prazo especificado na respectiva AGD) ou, ainda, ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantia;





- (w) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, pelas SPEs e/ou pelas Intervenientes, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, sem prévia autorização dos Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em AGD, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (x) constituição, pela Emissora, pelas SPEs, conforme aplicável a qualquer tempo, ainda que sob condição suspensiva, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, ou, ainda, garantias fidejussórias, em valor individual superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ou agregado, considerando-se a Emissora e as SPEs em conjunto, superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA ou por outro índice que venha a substituí-lo, desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus, salvo (i) mediante autorização prévia de Debenturistas reunidos em AGD, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão; (ii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; (iii) para fins de constituição de garantias exigidas pelo BNDES no âmbito do Contrato de Financiamento com o BNDES, desde que, em todas as hipóteses acima, sejam compartilhadas com os Debenturistas; e (iv) aquelas requeridas em função de obrigações regulatórias regulares junto à ANEEL e/ou à CCEE e/ou à ONS com a estrita finalidade de dar consecução ao seu objeto social;
- (y) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão e/ou a alteração do escopo e da finalidade do Projeto sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em AGD representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, exceto se solicitado por lei ou norma ou por qualquer autoridade governamental competente;
- (z) realização de outros investimentos pela Emissora e/ou pelas SPEs, conforme o caso, que não os relacionados ao Projeto sem prévia autorização dos Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, ressalvados os investimentos permitidos pelas Autorizações, ou aqueles vinculados com infraestrutura social da região;
- (aa) alteração do objeto social da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, de forma que a atividade da Emissora e/ou das SPEs deixe de ser exclusivamente a implantação e execução do Projeto;



- (bb) mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, autorização essa que não poderá ser recusada injustificadamente pelos Debenturistas, com exceção da venda das ações de emissão da Emissora detidas pelo FIP Salus e Santa Joana, para a Contour ou da transferência das ações da Emissora detidas pela Contour para outra empresa do grupo ContourGlobal L.P. Cay, sem alteração do controle da ContourGlobal L.P. Cay ou qualquer outra forma de reorganização societária que não resulte na alteração dos atuais Acionistas da Emissora ou das SPEs. Para todos esses casos, o Agente Fiduciário deverá ser notificado da estrutura final, inclusive no que tange ao necessário aditamento do contrato que regular o Penhor de Ações da Holding;
- (cc) cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, bem como a criação de subsidiárias ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou quaisquer das SPEs, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, ou qualquer ato que possa vir a importar em modificação na atual configuração societária da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, sem a prévia autorização dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (dd) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora ou de quaisquer das SPEs de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores ou, ainda, a inclusão nos referidos documentos de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (ee) provarem-se falsas ou revelarem-se materialmente incorretas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, pelas SPEs e/ou pelas Intervenientes nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Oferta Restrita, conforme aplicável, desde que não tenha sido sanado em até 10 (dez) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação a ser enviada pela Emissora;
- (ff) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, desde que não revertida em 10 (dez) Dias Úteis;
- (gg) alteração ou rescisão de qualquer contrato para manutenção e/ou operação do Projeto que possa causar um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido), sem a prévia autorização dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco



por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;

- (hh) destruição ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, ou ainda, medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs relevantes relacionados ao Projeto que resultem na impossibilidade de operação do Projeto;
- (ii) descumprimento de decisão judicial transitada em julgado, administrativa ou arbitral definitivas, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou contra quaisquer das SPEs, exceto se tal decisão for objeto de uma ação rescisória;
- (jj) não atingimento do ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), sendo que o ICSD será considerado como cumprido caso esteja no intervalo entre 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (exclusive) e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (exclusive) e a Emissora deposite na Conta de Complementação do ICSD recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na Conta de Complementação do ICSD, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da referida data de apuração do ICSD. O ICSD deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao ano civil anterior, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo V à presente Escritura de Emissão;
- (kk) se a presente Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, as Cartas de Fiança ou a Fiança forem: (i) declaradas, total ou parcialmente, nulas, anuláveis, inválidas, ineficazes ou tenham sua eficácia suspensa; (ii) validamente extintas, ressalvadas as hipóteses de vencimento previstas na Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão, rescindidas ou resilidas; ou, ainda, (iii) rescindidas, como consequência de decisão judicial, administrativa ou arbitral de aplicabilidade imediata e não revertida no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis do seu proferimento;
- (ll) caso os contratos de fornecimento de máquinas e equipamentos e os Contratos de O&M que sejam objeto dos Contratos de Garantia sejam: (i) rescindidos ou resilidos; (ii) declarados nulos ou sejam anuláveis, tenham sua eficácia suspensa por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis como consequência de decisão judicial, administrativa ou arbitral de aplicabilidade imediata; ou (iii) objeto de decisão judicial, administrativa ou arbitral de aplicabilidade imediata e não revertida no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis do seu proferimento que resulte na sua invalidação, depreciação, inexecutabilidade ou ineficácia;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 43



- (mm) amortização ou resgate de ações da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, salvo: (i) para fins de permitir o resgate das ações de emissões das SPEs de titularidade da Emissora desde que: (a) sejam realizados exclusivamente na forma de débito na conta reserva de capital na forma do artigo 182, parágrafo primeiro, alínea "a", e do artigo 200, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, (b) não haja redução no capital social das SPEs; e (c) os valores recebidos em razão do referido resgate sejam depositados nas Contas Centralizadoras da Holding; e (ii) nas hipóteses previstas no Contrato de Financiamento ou nos Contratos de Garantia; ou
- (nn) não renovação das Cartas de Fiança até o 15º (décimo quinto) Dia Útil anterior ao término de sua vigência.
- 5.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs nos termos desta Escritura de Emissão, em até 02 (dois) Dias Úteis de sua ocorrência. O descumprimento deste dever pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.
- 5.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (g) e (nn) da Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures ("Eventos de Inadimplemento Automático"), com a consequente declaração, pelo Agente Fiduciário, a contar de sua ciência, do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigência do pagamento do que for devido, independentemente de convocação de AGD ou de qualquer forma de notificação à Emissora.
- 5.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles indicados na Cláusula 5.3 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do evento, observados os procedimentos da Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, uma AGD para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.5. Na AGD mencionada na Cláusula 5.4, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação dos detentores de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão.



- 5.6. Na hipótese: (i) de não instalação, em segunda convocação, da AGD mencionada na Cláusula 5.4 acima por falta de quórum ou por qualquer motivo; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.5 acima por deliberação dos detentores de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (iii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente notificação com aviso de recebimento à Emissora ("Notificação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Notificação de Vencimento Antecipado, efetue o pagamento do valor correspondente ao saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, devidos até a data do efetivo pagamento, acrescido ainda de Encargos Moratórios, se for o caso, nos termos desta Escritura de Emissão ("Saldo na Data do Evento de Inadimplemento").
- 5.8. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos desta Cláusula V, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP e a BM&FBOVESPA, informando o vencimento antecipado.
- 5.9. Não configurará Evento de Inadimplemento nem dará ensejo à necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela AGD, qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento, com ou sem alteração da taxa de juros do Contrato de Financiamento desde que: (i) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização e remuneração das Debêntures; e (ii) não haja antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES.

**CLÁUSULA VI**  
**OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DAS SPES E DAS**  
**INTERVENIENTES**

**6.1. Obrigações Adicionais da Emissora**

6.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

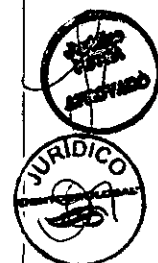
- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 45



- i. até 31 de março de cada ano, ou em 05 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; (b) relatório específico de apuração do ICSD consolidado, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, acompanhado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, conforme metodologia de Cálculo constate do Anexo V à presente Escritura de Emissão, devidamente apurado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração, assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (iii) que os bens e ativos da Emissora foram mantidos devidamente assegurados e (iv) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
- ii. em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do fechamento de cada trimestre do ano fiscal, informações financeiras trimestrais da Emissora;
- iii. em até 7 (sete) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
- iv. dentro de até 3 (três) Dias Úteis após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das assembleias gerais, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal que forem objeto de publicação;
- v. mediante solicitação expressa do Agente Fiduciário, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (xiii) da cláusula 7.3.1.; e
- vi. até 31 de março de 2016, fornecer parecer dos auditores independentes da Emissora de que os recursos líquidos captados por meio da Emissão, estão sendo utilizados exclusivamente para realizar o pagamento futuro ou reembolso



de gastos, despesas ou dívidas relacionados ao Projeto, conforme disposto na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão;

- (b) informar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; (ii) possa vir a comprometer o Projeto; ou (iii) faça com que as demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (c) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, impondo sanções ou penalidades que afetem negativamente, impossibilitem ou dificultem o cumprimento, pela Emissora ou pelas SPEs de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (d) manter, sob a sua guarda, por 5 (cinco) anos, ou por prazo maior se solicitado pela CVM, todos os documentos e informações relacionados à Oferta Restrita, além de atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao intermediário líder da Oferta Restrita e o Agente Fiduciário; e (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (e) fornecer à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas no subitem (iii) da alínea (d) acima e atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028, de 02 de abril de 2009, bem como fornecer à CETIP as demais informações solicitadas por tais entidades;



- (f) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures para negociação e custódia eletrônica na CETIP;
- (g) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário da CETIP; e (iv) agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures;
- (h) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (i) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (j) obter, como condição precedente à subscrição e integralização das Debêntures, a classificação de risco (*rating*) das Debêntures pela Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina e enviar a referida súmula ao Agente Fiduciário tempestivamente, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar anualmente, a partir da data de emissão do último relatório, até a Data de Vencimento o relatório da classificação de risco elaborado, (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco, (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora e (d) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's América Latina ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar AGD para que estes definam a agência de classificação de risco;
- (k) manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade do Contrato de Financiamento com o BNDES;
- (l) permitir inspeção das obras do Projeto por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;





- (m) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
- (n) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) arcar com todos os custos decorrentes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os Atos Societários, (iii) de registro dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, bem como de seus respectivos aditamentos, (iv) de contratação e registro da Carta de Fiança, bem como de seus aditamentos, e (v) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures;
- (p) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (q) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial;
- (r) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que possa resultar no desenquadramento do Projeto como prioritário, nos termos da Lei 12.431;
- (s) obter e manter em vigor, até a liquidação de todas as obrigações desta Escritura de Emissão, todas as autorizações suficientes para a plena implantação e operação do Projeto, bem como enviar ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias, cópia das licenças de operação do Projeto quando forem concedidas, durante a vigência desta Escritura de Emissão;
- (t) enviar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros e averbações: (i) 1 (uma) via original, devidamente registrada nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, dos Contratos de Garantia (ii) 1 (uma) via original da Carta de Fiança, bem como de seus eventuais aditamentos; (iii) 1 (uma) via



original de eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes; e (iv) cópia autenticada dos livros de registro de ações nominativas da Emissora e das SPEs e/ou dos livros da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de custódia das ações da Emissora e das SPEs comprovando a constituição do penhor das respectivas ações, conforme Cláusula 4.15.5 acima;

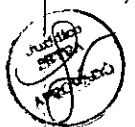
- (u) praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (v) preencher e manter os saldos mínimos das contas relativas à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Titulados pela Holding;
- (w) convocar, nos termos da Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (x) observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- (y) manter todos os seus ativos relevantes em boas condições e aptos para o uso a que se destinam até o término de sua vida útil, exceto pelo desgaste decorrente do seu uso;
- (z) na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes do Contrato de Financiamento, desta Escritura de Emissão, da Carta de Fiança, dos Contratos de Garantia e dos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência, sem prejuízo da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento;
- (aa) caso a Emissora seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
- (bb) contratar e manter vigentes as apólices de seguros de forma compatível com os padrões exigidos pelas Autorizações para a cobertura do Projeto;



- (cc) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (dd) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor;
- (ee) notificar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, gerando um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido);
- (ff) manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), à ANEEL, ao MME e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), durante a vigência desta Escritura de Emissão;
- (gg) manter em vigor os CERs durante toda a vigência das Debêntures e os contratos de fornecimento de máquinas e equipamentos até que se executem as obras, serviços ou fornecimento objeto dos mesmos contratos;
- (hh) não agir em desconformidade com as disposições da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“Lei Anticorrupção”);
- (ii) adotar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pela execução do Projeto;
- (jj) repassar às SPEs os recursos obtidos com a presente Emissão até o 4º (quarto) Dia Útil contado da liquidação financeira da Oferta Restrita, os quais deverão ser aplicados unicamente na execução do Projeto, nos termos previstos na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão;
- (kk) realizar aportes de capital nas SPEs e/ou no Projeto, conforme o caso, de forma a cobrir eventual insuficiência de capital necessário à implantação do Projeto;
- (ll) oferecer em garantia aos Debenturistas, quaisquer ativos e/ou recebíveis supervenientes do Projeto;
- (mm) incluir, nas apólices mencionadas na Cláusula Vigésima Segunda do Contrato de Financiamento, cláusula especial em favor do BNDES e do Agente Fiduciário com o seguinte teor: *“Fica entendido e concordado que a presente apólice não poderá ser cancelada, ou sofrer qualquer alteração, inclusive no tocante à presente Cláusula de*

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 51

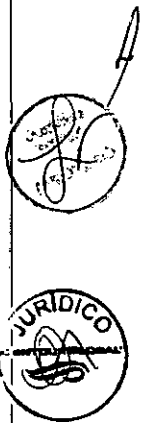


*Beneficiário, sem prévia e expressa anuência do BNDES, na qualidade de credor, e da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante da comunhão de titulares das debêntures emitidas pela Chapada do Piauí I Holding S.A., aos quais será paga a indenização devida pelo presente contrato de seguro, salvo na hipótese de sinistro parcial limitado a 10% (dez por cento) do valor total da presente apólice.”;*

- (nn) ressarcir os Debenturistas, independentemente de culpa, de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar em razão de dano ambiental decorrente do Projeto, bem como a indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano que estes venham a sofrer em decorrência do referido dano ambiental;
- (oo) aditar a presente Escritura de Emissão para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografárias, com garantia adicional fidejussória, para espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 30 (trinta) dias contados do registro dos Contratos de Garantia nos cartórios competentes, conforme estabelecido em tais instrumentos;
- (pp) cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente de negociação operacionalizado pela CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria;
- (qq) contratar e manter contratada, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, uma das seguintes sociedades de auditores independentes para realizar a auditoria de suas demonstrações financeiras: (i) Ernst & Young Auditores Independentes S/S; (ii) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (iii) Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes; ou (iv) KPMG Auditores Independentes;
- (rr) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva ocorrência, sobre quaisquer alterações nos requisitos para conclusão do Projeto dispostos na Cláusula Décima Sétima do Contrato de Financiamento com o BNDES, tomando as devidas providências para a adequação da definição de Conclusão Física do Projeto e de Conclusão Financeira do Projeto prevista na Cláusula 4.20 acima, caso necessário, sem prejuízo de eventual convocação de AGD pelo Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 5 acima; e
- (ss) manter os bens de que trata a Cláusula 4.15, item iv, em sua posse mansa e pacífica, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive fiscais.

## 6.2. Obrigações das SPEs

- 6.2.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, as SPEs obrigam-se, ainda, a:



- (a) até 31 de março de cada ano, ou em 10 (dez) dias após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas das SPEs relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM;
- (b) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (c) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
- (d) caso as SPEs sejam citadas no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a as SPEs, conforme o caso, obrigam-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
- (e) manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades, incluindo, sem limitação, os Contratos do Projeto (conforme abaixo definido);
- (f) oferecer em garantia aos Debenturistas, quaisquer ativos e/ou recebíveis supervenientes do Projeto;
- (g) constituir penhor, em favor dos Debenturistas, sobre os direitos creditórios emergentes de qualquer contrato relacionado ao Projeto que venha a ser celebrado pelas SPEs;
- (h) comprovar a contratação, antes do Conclusão Física do Projeto, dos seguintes seguros bem como a quitação dos respectivos prêmios: (i) seguro na modalidade de responsabilidade civil, tendo como objeto a cobertura da responsabilidade legal das SPEs com relação a danos custos e despesas de indenizações decorrentes de morte ou lesão a terceiros e/ou com relação a danos a propriedade de terceiros causados pelo Projeto e (ii) seguro patrimonial (*Property All Risks*), tendo como objeto a cobertura de máquinas e equipamentos permanentes, que deverá observar o disposto no item (i) abaixo;
- (i) incluir, nas apólices mencionadas na Cláusula Vigésima Segunda do Contrato de Financiamento, cláusula especial em favor do BNDES e do Agente Fiduciário com o seguinte teor: *"Fica entendido e concordado que a presente apólice não poderá ser cancelada, ou sofrer qualquer alteração, inclusive no tocante à presente Cláusula de Beneficiário, sem prévia e expressa anuência do BNDES, na qualidade de credor, e do Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante da comunhão de titulares das debêntures emitidas pela Chapada do Piauí"*



*I Holding S.A., aos quais será paga a indenização devida pelo presente contrato de seguro, salvo na hipótese de sinistro parcial limitado a 10% (dez por cento) do valor total da presente apólice.”;*

- (j) adotar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pela execução do Projeto;
- (k) manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), à ANEEL, ao MME e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), durante a vigência desta Escritura de Emissão;
- (l) observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- (m) permitir inspeção das obras do Projeto por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;
- (n) não promover alterações em seus contratos/estatutos sociais de forma que cada SPE mantenha-se, durante toda a vigência da presente Escritura de Emissão, como uma sociedade de propósito específico voltada à finalidade de implementar sua fração no Projeto;
- (o) aplicar os recursos liberados pela Emissora e repassados às SPEs unicamente na execução do Projeto, nos termos previstos na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão; e
- (p) manter em vigor os CERs durante toda a vigência das Debêntures e os contratos de fornecimento de máquinas e equipamentos até que se executem as obras, serviços ou fornecimento objeto dos mesmos contratos.

### 6.3. Obrigações das Intervenientes

6.3.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, as Intervenientes obrigam-se, ainda, a:

- (a) na qualidade de Acionistas da Emissora, prover mediante subscrição e integralização do capital social na Emissora, em moeda corrente, os recursos necessários ao regular funcionamento da Emissora e à implantação do Projeto, observada a proporção da participações acionárias que cada Interveniente deter na Emissora, e desde que obtidas todas as autorizações necessárias para a respectiva subscrição e integralização à época; e



- (b) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias da ciência de ato ou fato que possa vir a comprometer o Projeto, tais como ações judiciais ou procedimentos administrativos.

6.3.2. Sem prejuízo do disposto acima, as obrigações de aporte previstas nesta Cláusula 6.3 que seriam imputáveis ao FIP Salus em virtude de sua participação acionária detida na Emissora são, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, assumidas pela Contour.

## CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

### 7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia, nos termos do parágrafo 1º do artigo 61, e artigos 66 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão como Agente Fiduciário da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando, sob pena da lei, que:

- I. conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, bem como assume integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão, incluindo os termos e condições nela presentes;
- II. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários, necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- VI. está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

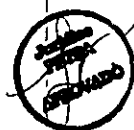
TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 55



- VII. não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28, e ainda conforme demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
  - VIII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10, da Instrução CVM 28;
  - IX. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
  - X. que o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; e
  - XI. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não atua como agente fiduciário em outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.
- 7.1.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de um eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento das Debêntures, até que todas estas referidas obrigações sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

## 7.2. Substituição

- 7.2.1. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, extinção, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras, observando-se o artigo 2º e seguintes da Instrução CVM 28:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas ("AGD") especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão;
  - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este





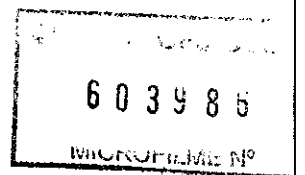
comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição;

- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela AGD, e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão;
- V. a substituição do Agente Fiduciário (a) em qualquer hipótese, está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e (b) sendo a substituição em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na forma da Clausula 2.2 acima;
- VI. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, em todos os seus termos e condições, exceto se, caso proposto pela AGD a que se refere o inciso IV acima, a Emissora tiver concordado expressamente com novo valor de remuneração;
- VII. os pagamentos ao agente fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços, sendo a primeira parcela calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos da Cláusula X abaixo;
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM; e
- X. o agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir e pelo período previsto na Cláusula 7.1.2 acima.

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/04 57





- 7.2.2. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP e nos cartórios competentes.
- 7.2.3. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 7.2.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M/FGV.
- 7.2.5. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 7.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 60 (sessenta) dias antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

### 7.3. Deveres

- 7.3.1 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, observando-se o artigo 12 da Instrução CVM 28:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;

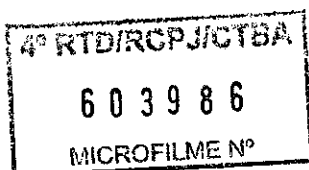


2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 58

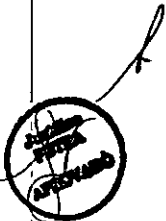
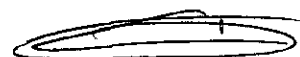


- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VI. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sanando as lacunas e irregularidades porventura existentes em tais registros, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. verificar a regularidade da constituição das Garantias, e dos valores dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- X. solicitar, quando julgar necessário e de forma razoável e justificada, para o fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas da Emissora e das SPEs, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e das SPEs, bem como das demais comarcas em que a Emissora e as SPEs exerçam suas atividades;
- XI. solicitar, quando considerar necessário e de forma razoável e justificada, auditoria extraordinária na Emissora e nas SPEs, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

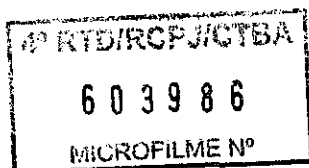


2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 59



- XII. convocar AGDs, na forma prevista na presente Escritura de Emissão, e comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIII. elaborar relatórios anuais destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão, inveracidade ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da Oferta Restrita ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Juros Remuneratórios realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
  - (j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures;



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 60



- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (a) denominação da companhia ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento das debêntures; (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- XIV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XII acima aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA, quando for o caso, e na sede do Coordenador Líder;
- XV. publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XII acima se encontra à disposição nos locais indicados no inciso XIII acima;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador, à CETIP e à BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVII. acompanhar qualquer eventual resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável;
- XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou pelas SPEs, de qualquer obrigação assumida nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 61



de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP, à BM&FBOVESPA e ao Banco Central do Brasil, se for o caso;

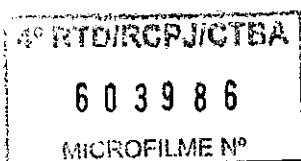
- XX. acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e
- XXI. informar, quando necessário, para os fins de atendimento da Instrução CVM 28, se atua em quaisquer outras emissões da Emissora ou de empresas do grupo econômico da Emissora, indicando as informações referidas na alínea "k" do inciso XII acima em sua página na rede mundial de computadores, tão logo delas tenha conhecimento.

#### 7.4. Atribuições Específicas

7.4.1 Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- i. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;
- ii. requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas, se não existirem garantias reais, nos termos da legislação aplicável;
- iii. tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- iv. executar as Garantias de acordo com os termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, aplicando o respectivo produto na amortização ou liquidação integral das Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão, respeitados os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias; e
- v. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

7.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos "i", "ii", "iii" e "iv" da Cláusula 7.4.1 acima, se, convocada a AGD, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 62



em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.4.1 inciso "v" acima.

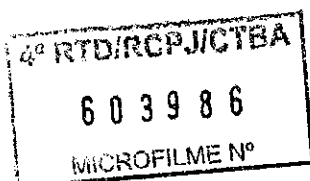
7.4.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles; e/ou (ii) relacionados ao devido cumprimento, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou nas Garantias Reais, somente serão válidos quando previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em AGDs, nos termos da Cláusula VIII abaixo.

7.4.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

7.4.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que forem deliberadas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e alterações posteriores, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

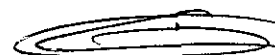
## 7.5. Remuneração do Agente Fiduciário

7.5.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$6.000,00 (seis mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º dia útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

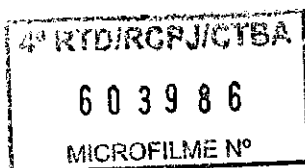
TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 63



- 7.5.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.
- 7.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.5.1 acima será reajustada pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.
- 7.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 7.5.5. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: (i) ISS (imposto sobre serviço de qualquer natureza); (ii) PIS (contribuição ao programa de integração social); (iii) COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social); e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (imposto de renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.
- 7.5.6. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplementos não sanados pela Emissora.
- 7.5.7. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) assessoria aos titulares das Debêntures, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures, (c) implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e para (d) a execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

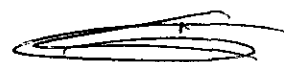
## 7.6. Despesas

- 7.6.1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 64



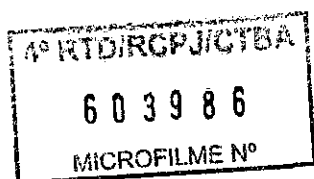


exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, sendo que para aquelas de caráter de urgência e/ou emergencial não aprovadas previamente pela Emissora, o Agente Fiduciário desde já se compromete a realizá-las de forma razoável e observados os padrões de mercado, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.

7.6.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência do Debenturista em ações judiciais serão suportadas pelo Debenturista, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento ao Debenturista para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário. Também será suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias.

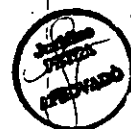
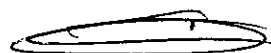
7.6.3. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 7.6.1 e 7.6.2 acima, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas e/ou reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas: (i) sem a prévia autorização da Emissora no caso da Cláusula 7.6.1; (ii) em discordância com os critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (iii) em discordância com a função fiduciária que lhe é inerente.

7.6.4. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.6.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas Cláusulas acima.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286559v5 9409/04 65



**CLÁUSULA VIII**  
**ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

**8.1. Disposições Gerais**

8.1.1. Às AGDs aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, e, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas, podendo ser realizadas de forma presencial na sede da Emissora ou do Agente Fiduciário, ou, ainda, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, caso venha a ser regulamentado pela CVM.

**8.2. Convocação**

8.2.1. As AGDs podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

8.2.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12.1 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

8.2.3. As AGDs somente poderão ser realizadas, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a AGD em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 08 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

8.2.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, bem como vincularão a mesma, e obrigarão a todos os Debenturistas titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.2.5. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura para convocação, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

**8.3. Quorum de Instalação**

8.3.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as AGDs se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que



representem, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum* das Debêntures em Circulação.

- 8.3.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quorums* de instalação ou deliberação das AGDs previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de sociedades controladoras da Emissora (direta ou indiretas), bem como de sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

#### 8.4. Quorum de Deliberação

- 8.4.1. Nas deliberações das AGDs, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Qualquer matéria a ser deliberada pelos Debenturistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, por Debenturistas que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, pela maioria das Debêntures em Circulação presentes, exceto (i) por qualquer cláusula desta Escritura de Emissão que estipule expressamente outro quorum de aprovação; ou (ii) pelo disposto na Cláusula 8.4.2 abaixo.
- 8.4.2. Mediante proposta da Emissora, a AGD poderá, por deliberação favorável de Debenturistas titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação aprovar, seja em primeira ou segunda convocação, qualquer modificação relativa às características das Debêntures que impliquem em alteração: (i) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios, (ii) das Datas de Incorporação, Datas de Pagamento da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) das Datas de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento; (vi) da alteração dos quoruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (vii) das disposições desta Cláusula, (viii) das Garantias, (ix) da criação de evento de repactuação, (x) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; amortizações antecipadas facultativas ou oferta facultativa de resgate antecipado, e (xi) da espécie das Debêntures. Adicionalmente, caso a Emissora, por qualquer motivo, solicite aos Debenturistas, antes da sua ocorrência, a concessão de renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*) a qualquer dos Eventos de Inadimplemento, tal solicitação poderá ser aprovada por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, por Debenturistas, que representem, no mínimo: (i) 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, para os Eventos de Inadimplemento Automático; e (ii) maioria das Debêntures em Circulação, para os demais Eventos de Inadimplemento previstos na



Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão ou para dispensa de qualquer outra obrigação da Emissora, das SPEs e/ou das Acionistas decorrentes das Debêntures, salvo se previsto quórum mais elevado na hipótese de Evento de Inadimplemento em discussão, caso em que este quórum deverá ser observado.

- 8.4.3. Será facultada a presença dos representantes legais ou assessores legais da Emissora nas AGDs, a não ser quando à presença dos representantes legais seja solicitada pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.
- 8.4.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 8.4.5. Aplicar-se-á às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre as assembleias gerais de acionistas.
- 8.4.6. Não será admitida nas AGDs a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação dos devidos documentos de representação e identificação.

#### 8.5. Mesa Diretora

- 8.5.1. A presidência das AGDs caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

### CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA, DAS SPES E DAS INTERVENIENTES

- 9.1. A Emissora, as SPEs e as Intervenientes, isoladamente, conforme aplicável, declaram e garantem que:
- (a) (i) a Emissora, as SPEs, a Chesf e a Santa Joana são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social; (ii) a Contour é uma sociedade limitada devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social; e (iii) o FIP Salus é um fundo de investimento em participações devidamente constituído, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizado a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;



- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os demais documentos da Oferta Restrita e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) nesta data os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, das Garantias e do Contrato de Distribuição e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, bem como a constituição das Fianças, não infringem, nesta data, nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de cada uma das SPEs, exceto por aqueles ônus já existentes nesta data e os ônus decorrentes dos Contratos de Garantia; (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos ou (iv) violação de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral;
- (e) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nas Garantias constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (f) a Emissora, isoladamente, declara que a Emissora e/ou as SPEs, conforme o caso, têm todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora ou as SPEs não foram notificadas acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais a Emissora ou cada uma das SPEs possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;
- (g) as ações a serem empenhadas, os direitos creditórios a serem cedidos fiduciariamente e/ou empenhados, conforme o caso, e os aerogeradores a serem empenhados nos termos da Cláusula 4.15 desta Escritura de Emissão existem, são de sua titularidade, e estão livres e desembaraçados de qualquer ônus, exceto pelas próprias Garantias Reais a serem constituídas conforme previsão desta Escritura de Emissão e do Contrato de Financiamento do BNDES;
- (h) a Emissora, isoladamente, declara que não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em “Efeito Adverso Relevante”, definido como qualquer alteração adversa relevante que altere (i) quaisquer condições

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286159v5 9409/34 69

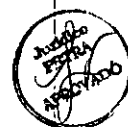


econômicas, financeiras, resultados nas operações, ativos ou propriedades das SPEs, da Emissora ou dos acionistas da Emissora, bem como a implementação do Complexo Eólico Chapada do Piauí I; ou (ii) nas condições do mercado financeiro local que comprovadamente afetem especialmente operações de empréstimo em geral ou no mercado de capitais ("Efeito Adverso Relevante");

- (i) as demonstrações financeiras da Emissora e de cada uma das SPEs, datadas de 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e de cada uma das SPEs nas datas respectivas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e de cada uma das SPEs. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2014 e até a presente data não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão que não tenha sido devidamente sanado, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou as SPEs, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para as SPEs, não houve declaração ou pagamento pela Emissora e/ou pelas SPEs de dividendos, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou das SPEs, bem como a Emissora ou cada uma das SPEs não contratou novas dívidas;
- (j) a Emissora é legítima proprietária da totalidade das ações que compõem o capital social das SPEs, que se encontram livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dadas em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão, com exceção do ônus constituídos em favor do BNDES no âmbito do Contrato de Financiamento;
- (k) a Emissora, isoladamente, declara e garante que cada um dos 7 (sete) *Contract for the Sale of Power Generation Equipment and Related Services Including Transportation and Erection*, celebrados em 23 de outubro de 2013 e conforme aditados de tempos em tempos, cada um dos acima citados celebrados entre a General Electric Energy do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. e cada uma das SPEs ("Contratos para a Venda de Equipamentos"); (b) do Contrato de Engenharia e Construção Civil em Regime de Empreitada por Preço Global do Projeto celebrado entre as SPEs e a Cortez Engenharia Ltda., em 07 de abril de 2014, conforme aditado de tempos e tempos ("Contrato de Engenharia e Construção Civil"); (c) Contrato de Engenharia, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento em Regime de Empreitada por Preço Global para a Implantação do Conjunto Eletromecânico do Projeto, celebrado entre as SPEs e a Alstom Grid Energia Ltda., em 29 de abril de 2014, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Engenharia, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento"); (d) do Contrato de Engenharia, Construção Civil, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento em Regime de Empreitada por Preço

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 70



Global Para a Implantação da Linha de Transmissão do Projeto, celebrado entre as SPEs e a Construtora Sucesso S.A., em 20 de maio de 2014, conforme aditado de tempos em tempos (“Contrato de Engenharia, Construção Civil, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento”); (e) de cada um dos 7 (sete) *Operations Support Agreement*, celebrados em 22 de junho de 2015, conforme aditado de tempos em tempos celebrados entre a General Electric Energy do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. e cada uma das SPEs (“Contratos de Apoio às Operações”), e (f) das apólices de seguro firmadas com Allianz Seguros, ACE Seguradora S.A., Chubb do Brasil Companhia de Seguros e Austral Seguradora, e eventuais novas apólices de seguro que venham a ser contratadas pela Emissora e/ou por qualquer das SPEs no âmbito do Projeto (“Apólices de Seguros” e, quando em conjunto com Contrato de Engenharia e Construção Civil, Contrato de Engenharia, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento, Contrato de Engenharia, Construção Civil, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento e Contratos de Apoio às Operações, “Contratos do Projeto”) foram devidamente firmados, constituindo obrigações válidas, eficazes, exequíveis e vinculantes de suas respectivas partes contratantes, de acordo com os prazos contratuais previstos;

- (l) a Emissora, isoladamente, declara e garante que nesta data não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive de natureza ambiental, envolvendo ou que possa afetar a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao Projeto que possam causar um Efeito Adverso Relevante ou visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar a Oferta Restrita, esta Escritura de Emissão, quaisquer Contratos de Garantia ou o Contrato de Distribuição;
- (m) a Emissora, isoladamente, declara que exceto conforme mencionado na Cláusula 7.7.1, inciso (k), acima, a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) observa a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, de forma que (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (v) detém todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável; e (vi) possui todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável, de acordo com a fase em que o Projeto se encontra;

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro do Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359x5 9409/34 71



- (o) nesta data, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro das Debêntures junto aos sistemas de distribuição, negociação e custódia eletrônica da CETIP e junto da BM&FBOVESPA, os quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (ii) pelo arquivamento, na JUCESP, e pela publicação nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da ata da AGE da Emissora; (iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP e seu registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes; (iv) celebração e registro, conforme o caso, dos Contratos de Garantia, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão; e (v) pela emissão das Cartas de Fiança e registro perante os cartórios de títulos e documentos competentes;
- (p) as informações prestadas até o encerramento da Oferta Restrita com a divulgação no site da CVM do comunicado de encerramento são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em subscrever ou adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora e das SPEs suas respectivas atividades e situações financeiras, das responsabilidades da Emissora e das SPEs, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- (q) a Emissora, isoladamente, declara que os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (r) a Emissora, isoladamente, declara que cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
- (s) a Emissora e cada uma das SPEs possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos;
- (t) a Emissora, isoladamente, declara que mantém os seus bens e de suas controladas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
- (u) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração das taxas de retorno das NTN-B 2030, divulgada pela ANBIMA, e que a forma de cálculo





de remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;

- (v) a Emissora, isoladamente, declara que inexistente descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (w) inexistente qualquer violação ou indício de violação, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando à Lei n.º 12.846, de 1 de agosto de 2013;
- (x) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos das Portarias;
- (y) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (z) nenhuma informação, demonstração financeira, anexo ou relatório fornecido aos Debenturistas contém qualquer declaração inverídica de um fato ou uma omissão de uma declaração de um fato relevante para que as declarações ali contidas não sejam inverídicas;
- (aa) apresentaram ou fizeram com que fossem apresentadas todas as declarações de impostos (municipais, estaduais e federais, conforme aplicável) que devam ser apresentadas e pagaram todos os tributos, taxas e demais encargos (incluindo os juros e penalidades) devidos com relação aos exercícios sociais abrangidos pelas referidas declarações exceção feita às exações tributárias: (a) que estejam sendo contestadas de boa-fé e por meio de processos competentes; e (b) que acerca do qual reservas adequadas estejam sendo mantidas, se necessário conforme lei aplicável;
- (bb) estão sujeitas à lei civil e comercial com relação às suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, e a celebração, entrega e execução das Debêntures e dos outros documentos da Oferta Restrita, constituem atos privados e comerciais, e não atos públicos ou governamentais. Não possuem, assim como quaisquer de seus bens, qualquer imunidade com relação à jurisdição de qualquer tribunal ou qualquer processo judicial, seja por meio de citação ou notificação, arresto ou sequestro, penhora para a garantia da execução, execução ou de outra forma, que possam acarretar deterioração significativa e substancial em sua situação econômica e financeira;



- (cc) nesta data, não está ocorrendo qualquer Evento de Inadimplemento previsto nesta Escritura de Emissão;
- (dd) nesta data, têm plenas condições de honrar com suas dívidas e obrigações assumidas perante terceiros, nos termos dos respectivos instrumentos que as constituíram; e capacidade econômica e financeira adequada para a boa condução de suas atividades;
- (ee) a Emissora, isoladamente, declara que ressaltados os empréstimos e/ou garantias necessários para realizar o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados ao Projeto, que serão quitados pela Emissora no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a liberação, pelo BNDES, dos recursos oriundos do Contrato de Financiamento, a Emissora e as SPEs não celebraram, até a presente data, quaisquer contratos com suas controladoras para fins de concessão de empréstimos ou garantias, salvo conforme permitido no Contrato de Financiamento e nos Contratos de Garantia; e
- (ff) estão em dia com todas as suas obrigações financeiras, exceto por aquelas cujo descumprimento não possa resultar em uma Mudança Adversa Relevante.
- 9.1.1. A Emissora e as SPEs, conforme o caso, obrigam-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 9.1 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada

## CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

### 10.1. Comunicações

- 10.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora e para as SPEs:

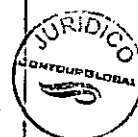
#### CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.

Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 758, cj. 31, parte kk, Itaim Bibi  
CEP 04542-000 – São Paulo, SP  
At.: Sra. Alessandra Marinheiro  
Tel.: (11) 3147-7100  
E-mail: alessandra.marinheiro@contourglobal.com.br

Com cópia para:

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 74



Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº. 758, Conjunto 31, CEP 04542-000, São Paulo/SP  
At.: Diretoria Jurídica  
Tel.: (11) 3147-7100

**VENTOS DE SANTA JOANA IX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 758 – cj. 31 - Itaim Bibi | São Paulo, SP | CEP: 04542-000

At.: Messias Pedreiro Neto

Tel.: (11) 3147-7100

E-mail: [messias.neto@contourglobal.com](mailto:messias.neto@contourglobal.com)

**VENTOS DE SANTA JOANA X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 758 – cj. 31 - Itaim Bibi | São Paulo, SP | CEP: 04542-000

At.: Messias Pedreiro Neto

Tel.: (11) 3147-7100

E-mail: [messias.neto@contourglobal.com](mailto:messias.neto@contourglobal.com)

**VENTOS DE SANTA JOANA XI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 758 – cj. 31 - Itaim Bibi | São Paulo, SP | CEP: 04542-000

At.: Messias Pedreiro Neto

Tel.: (11) 3147-7100

E-mail: [messias.neto@contourglobal.com](mailto:messias.neto@contourglobal.com)

**VENTOS DE SANTA JOANA XII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 758 – cj. 31 - Itaim Bibi | São Paulo, SP | CEP: 04542-000

At.: Messias Pedreiro Neto

Tel.: (11) 3147-7100

E-mail: [messias.neto@contourglobal.com](mailto:messias.neto@contourglobal.com)

**VENTOS DE SANTA JOANA XIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 758 – cj. 31 - Itaim Bibi | São Paulo, SP | CEP: 04542-000

At.: Messias Pedreiro Neto

Tel.: (11) 3147-7100

E-mail: [messias.neto@contourglobal.com](mailto:messias.neto@contourglobal.com)

**VENTOS DE SANTA JOANA XV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 758 – cj. 31 - Itaim Bibi | São Paulo, SP | CEP: 04542-000

At.: Messias Pedreiro Neto

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 75



Tel.: (11) 3147-7100

E-mail: [messias.neto@contourglobal.com](mailto:messias.neto@contourglobal.com)

**VENTOS DE SANTA JOANA XVI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 758 – cj. 31 - Itaim Bibi | São Paulo, SP | CEP: 04542-000

At.: Messias Pedreiro Neto

Tel.: (11) 3147-7100

E-mail: [messias.neto@contourglobal.com](mailto:messias.neto@contourglobal.com)

Para o Agente Fiduciário:

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar

CEP 04538-132

At.: Viviane Rodrigues / Tatiana Lima

Tel.: + 55 (11) 2172-2628

Fax: + 55 (11) 2172-2600

E-mail: [vrodriques@planner.com.br](mailto:vrodriques@planner.com.br) / [tlima@planner.com.br](mailto:tlima@planner.com.br) / [fiduciario@planner.com.br](mailto:fiduciario@planner.com.br)

Para o Banco Liquidante:

**ITAU UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100

CEP: 04.344-902, São Paulo, SP

At.: Luiz Petito

Tel.: + 55 (11) 2797-4441

Fax: + 55 (11) 2797-4441

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

Para o Escriturador:

**ITAU CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar

CEP 04.538-132, São Paulo, SP

At.: Luiz Petito

Tel.: + 55 (11) 2797-4441

Fax: + 55 (11) 2797-4441

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

Para as Intervenientes:

**CONTOUR GLOBAL DO BRASIL HOLDING LTDA.**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº. 758, Conjunto 31, CEP 04542-000, São Paulo/SP

At.: Sra. Alessandra Marinheiro

Tel.: (11) 3147-7100

E-mail: [alessandra.marinheiro@contourglobal.com.br](mailto:alessandra.marinheiro@contourglobal.com.br)

**2. OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9/10/34 76



Com cópia para:

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº. 758, Conjunto 31, CEP 04542-000, São Paulo/SP

At.: Diretoria Jurídica

Tel.: (11) 3147-7100

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO**

Rua Delmiro Gouveia, nº 333, Bongi, CEP 50761-901, Recife/PE

At.: Sr. André Henrique da Silva

Tel.: (81) 3229-2320

E-mail: andrehs@chesf.gov.br

Com cópia para:

Rua Delmiro Gouveia, nº 333, Bongi, CEP 50761-901, Recife/PE

At: Luiz Henrique Olsen Lubi

Tel.: (81) 3229-2449

E-mail: luizhl@chesf.gov.br

**VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima 2055, 12º andar, CEP 01452-001, São Paulo – SP

At.: Clécio Antonio Campodônio Eloy

Tel.: (11) 4084 4200

E-mail: clecio.eloy@casadosventos.com.br

Com cópia para:

Avenida Brigadeiro Faria Lima 2055, 12º andar, CEP 01452-001, São Paulo – SP

At.: Lucas Bezerra de Menezes Alencar Araripe

Tel.: (11) 4084 4200

E-mail: lucas.araripe@casadosventos.com.br

**SALUS – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Rua Pasteur, nº. 463, 11º andar, CEP 80250-104, Curitiba/PR

At.: Banco Petra S.A.

Tel.: (41) 3074-5820

E-mail: admfundos@bancopetra.com.br

Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

CEP 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: + 55 (21) 2276-7474

Fax: + 55 (21) 2252-4308/2262-5481

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359x5 9409/34 77



ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar  
CEP 01452-001 – São Paulo – SP  
Tel.: + 55 (11) 3111-1596  
Fax: + 55 (11) 3115-1564  
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br



Para a BM&FBOVESPA:

**BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**

Praça Antônio Prado, 48, Centro

CEP 01010-901 – São Paulo, SP

At.: Diretoria de Regulamentação de Emissores

Tel.: + 55 (11) 2565-4000

Fax: + 55 (11) 2565-4000

E-mail: gre@bvmf.com.br

10.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) Dias Úteis dias após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança do endereço das Partes, bem como a mudança de qualquer outro endereço das demais partes indicadas na Cláusula 10.1.1 (neste caso, desde que as Partes sejam informadas previamente por tal parte por escrito), deverá ser comunicada às demais partes que não a parte que teve seu endereço alterado.

## 10.2. Renúncia

10.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mat. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 78



**10.3. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas**

- 10.3.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

- 10.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta *Escritura de Emissão* e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

**10.5. Cômputo do Prazo**

- 10.5.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

**10.6. Despesas**

- 10.6.1. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita ou com a estruturação, emissão, colocação pública, registro e execução das Debêntures e das Garantias, incluindo publicações, inscrições, registros em quaisquer órgãos (incluindo CETIP e BM&FBOVESPA e seus sistemas de distribuição e negociação, bem como a JUCESP e os cartórios de títulos e documentos), contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante de Emissão, do Escriturador, da agência de *rating* e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, inclusive aqueles decorrentes da proteção de interesses dos Debenturistas ("Despesas").
- 10.6.2. A Emissora obriga-se a reembolsar os Debenturistas ou o Agente Fiduciário por quaisquer Despesas que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham a incorrer, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.
- 10.6.3. A Emissora obriga-se, ainda, a efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários



advocatícios e outras despesas e custos incorridos, nos termos dessa Cláusula 10.6.3.

**10.7. Irrevogabilidade e Sucessores**

10.7.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

**10.8. Substituição de Prestadores de Serviços**

10.8.1. É facultado à Emissora, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Banco Liquidante de Emissão, do Escriturador, observadas a regulamentação da CETIP e da BM&FBOVESPA e o disposto nesta Escritura de Emissão.

**10.9. Lei Aplicável**

10.9.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**10.10. Foro**

10.10.1. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 12 de agosto de 2015.

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem páginas de assinaturas.]*

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Maj. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

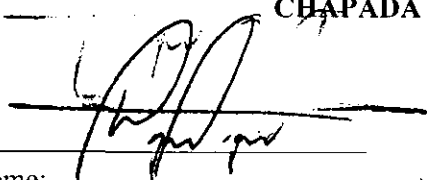
TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 80

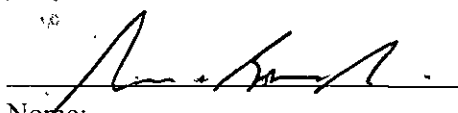




(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapada do Piauí I Holding S.A." – 1/5)


### CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.

Nome:   
Cargo: Daniel Araújo Carneiro  
Representante Legal  
CPF: 755.698.509-10  
RG: 40.575.47-2 SSP - PR

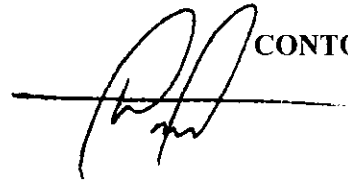
Nome:   
Cargo: Marcos de Barros Bezerra  
Diretor  
RG: 971.274 SSP/PE  
CPF: 128.293.234-91

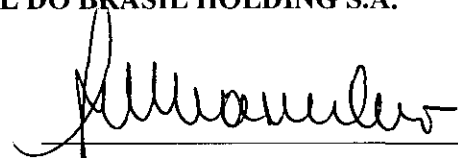
### COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

Nome:   
Cargo: José Carlos de Miranda Farias  
Diretor - Presidente

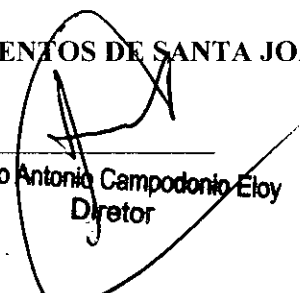
Nome:   
Cargo: José Ailton de Lima  
Diretor de Operação


### CONTOUR GLOBAL DO BRASIL HOLDING S.A.

Nome:   
Cargo: Daniel Araújo Carneiro  
Representante Legal  
CPF: 755.698.509-10  
RG: 40.575.47-2 SSP - PR

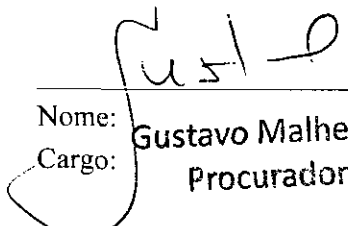
Nome:   
Cargo: Alessandra Marinheiro  
CEO Latam  
RG: 24.891.147 SSP/SP  
CPF: 148.118.678-02

### VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:   
Cargo: Clécio Antonio Campodonio Eloy  
Diretor

Nome:   
Cargo: Lucas Bezerra de Menezes Alencar Araripe  
Diretor

### SALUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Nome:   
Cargo: Gustavo Malheiros  
Procurador

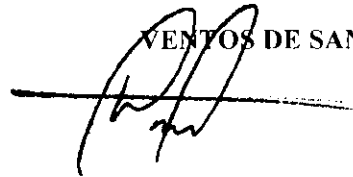
Nome:   
Cargo: Márcio Rogério de Lima Rocha  
Procurador

OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

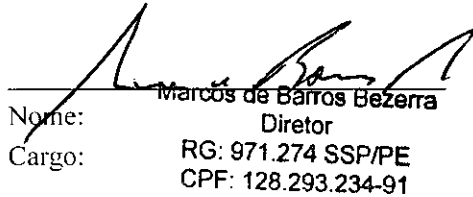


(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapa do Piauí I Holding S.A." – 2/5)

**VENTOS DE SANTA JOANA IX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

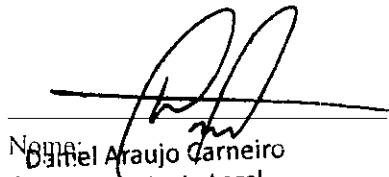


Nome: Daniel Araujo Carneiro  
Cargo: Representante Legal  
CPF: 755.698.509-10  
RG: 40.575.47-2 SSP - PF

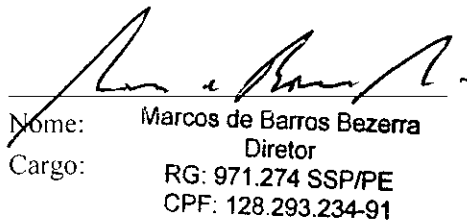


Nome: Marcos de Barros Bezerra  
Cargo: Diretor  
RG: 971.274 SSP/PE  
CPF: 128.293.234-91

**VENTOS DE SANTA JOANA X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

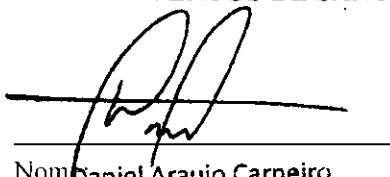


Nome: Daniel Araujo Carneiro  
Cargo: Representante Legal  
CPF: 755.698.509-10  
RG: 40.575.47-2 SSP - PP

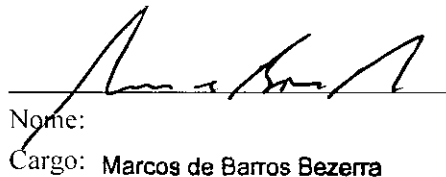


Nome: Marcos de Barros Bezerra  
Cargo: Diretor  
RG: 971.274 SSP/PE  
CPF: 128.293.234-91

**VENTOS DE SANTA JOANA XI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**



Nome: Daniel Araujo Carneiro  
Cargo: Representante Legal  
CPF: 755.698.509-10  
RG: 40.575.47-2 SSP - PP



Nome: Marcos de Barros Bezerra  
Cargo: Diretor  
RG: 971.274 SSP/PE  
CPF: 128.293.234-91

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR


TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 82

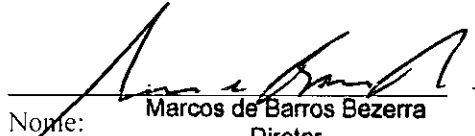


(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapa do Piauí I Holding S.A." – 3/5)

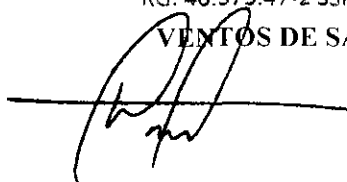


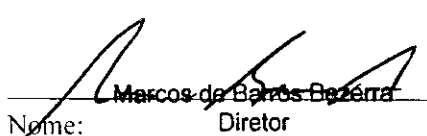
**VENTOS DE SANTA JOANA XII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

  
Nome: Daniel Araujo Carneiro  
Cargo: Representante Legal  
CPF: 755.698.509-10  
RG: 40.575.47-2 SSP - PF

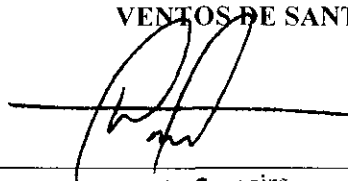
  
Nome: Marcos de Barros Bezerra  
Cargo: Diretor  
RG: 971.274 SSP/PE  
CPF: 128.293.234-91

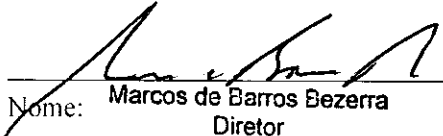
**VENTOS DE SANTA JOANA XIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

  
Nome: Daniel Araujo Carneiro  
Cargo: Representante Legal  
CPF: 755.698.509-10  
RG: 40.575.47-2 SSP - PF

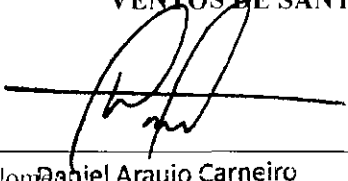
  
Nome: Marcos de Barros Bezerra  
Cargo: Diretor  
RG: 971.274 SSP/PE  
CPF: 128.293.234-91

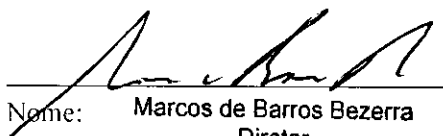
**VENTOS DE SANTA JOANA XV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

  
Nome: Daniel Araujo Carneiro  
Cargo: Representante Legal  
CPF: 755.698.509-10  
RG: 40.575.47-2 SSP - PF

  
Nome: Marcos de Barros Bezerra  
Cargo: Diretor  
RG: 971.274 SSP/PE  
CPF: 128.293.234-91

**VENTOS DE SANTA JOANA XVI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

  
Nome: Daniel Araujo Carneiro  
Cargo: Representante Legal  
CPF: 755.698.509-10  
RG: 40.575.47-2 SSP - PF

  
Nome: Marcos de Barros Bezerra  
Cargo: Diretor  
RG: 971.274 SSP/PE  
CPF: 128.293.234-91

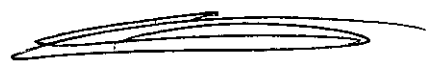
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/04 83

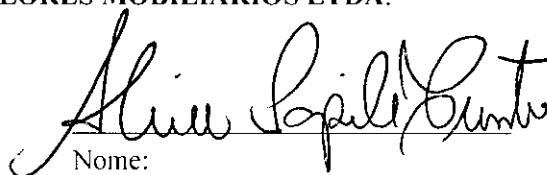


*(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapa do Piauí I Holding S.A." – 4/5)*

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE  
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**



Nome: **Cesário B. Passos**  
Cargo: **Procurador**



Nome: **Aline Cunto**  
Cargo: **Procuradora**



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 84

*(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapa do Piauí I Holding S.A." – 5/5)*

**Testemunhas**

Nome: Adriana Bianca Molez  
CPF: 400.658.088-60

Nome: Alexandre O. Porto de Lima  
CPF: 431.034.428-31  
RG: 38.764.929-3  
ContourGlobal

4º RTD/RCP/JCTBA  
603986  
MICROFILME Nº

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR

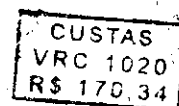
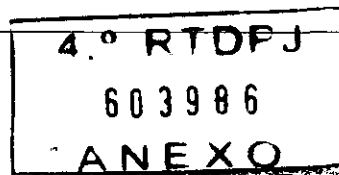
TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 85



# ANEXO I

## DESCRIÇÃO DO PROJETO E RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS

Razão social	Chapada do Piauí I Holding S.A.
Objetivo do Projeto	A implementação do Projeto <u>Complexo Eólico Chapada do Piauí I</u> , a ser realizada com os recursos provenientes da Emissão e do Financiamento.
Data estimada para o início do Projeto	A implantação do Complexo Eólico Chapada do Piauí I está finalizada, com conclusão ocorrida em julho de 2015.
Fase atual do Projeto	A conclusão física do projeto ocorreu em julho de 2015.
Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto	Total: R\$ 851 milhões BNDES: R\$ 555 milhões Debentures: R\$ 100 milhões Equity: R\$ 196 milhões
Valor das Debêntures que será destinado ao Projeto	A totalidade do valor das Debêntures será destinada ao Projeto, conforme Cláusula 3.8. da Escritura de Emissão.
Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures	O valor total da Emissão, qual seja, R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) será destinado ao investimento direto no Projeto.
Percentual dos recursos financeiros necessários ao projeto provenientes das Debêntures	Até 11,8%



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
 Registro de Títulos e Documentos  
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
 Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
 Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 86



## ANEXO II

### Minuta do Primeiro Aditivo à Escritura de Emissão

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

**CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte KK, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 20.512.213/0001-00, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Emissora”);

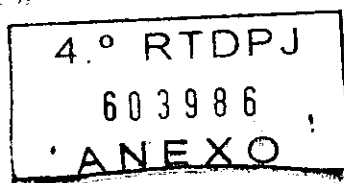
**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º Andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, agindo na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures (conforme definidas na Cláusula 1.3) objeto da presente emissão (“Debenturistas”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Agente Fiduciário”);

**CONTOUR GLOBAL DO BRASIL HOLDING LTDA.**, sociedade [●], com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na [●], CEP [●], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Contour”);

**COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO**, sociedade [●], com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na [●], CEP [●], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Chesf”); e

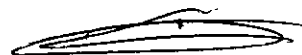
**VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.** sociedade [●], com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na [●], CEP [●], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Santa Joana” e, em conjunto com Contour e Chesf, as “Intervenientes”);

e, ainda:



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR

TEXT\_SP\_10286359v5\_9409/34\_87



**VENTOS DE SANTA JOANA IX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte DD, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.082.784/0001-72, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Santa Joana IX”);

**VENTOS DE SANTA JOANA X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte EE, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.082.754/0001-66, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Santa Joana X”);

**VENTOS DE SANTA JOANA XI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte FF, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.675/0001-55, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Santa Joana XI”);

**VENTOS DE SANTA JOANA XII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte GG, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.701/0001-45, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Santa Joana XII”);

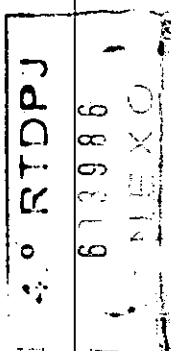
**VENTOS DE SANTA JOANA XIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte HH, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.800/0001-27, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Santa Joana XIII”);

**VENTOS DE SANTA JOANA XV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte II, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.728/0001-38, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Santa Joana XV”);

**VENTOS DE SANTA JOANA XVI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte JJ, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.822/0001-97, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Santa Joana XVI” e, quando em conjunto com Santa Joana IX, Santa Joana X, Santa Joana XI, Santa Joana XII, Santa Joana XIII e Santa Joana XV, as “SPEs”);

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 88





sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, as Intervenientes e as SPEs designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

#### CONSIDERANDO QUE:

- (i) em [--] de [--] de 2015, a Emissora, as SPEs, as Intervenientes e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapada do Piauí I Holding S.A.", devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), em sessão de [--] de [--] de 2015, sob o nº [--] ("Escritura de Emissão");
- (ii) na presente data, o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme termo definido na Escritura de Emissão) foi finalizado, o qual resultou na definição dos Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão); e
- (iii) as Partes acordaram em aditar a Escritura de Emissão para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* na Cláusula 4.2.2.1 da Escritura de Emissão, com vistas a evitar quaisquer dúvidas com relação aos Juros Remuneratórios das Debêntures;

vêm as Partes por meio desta e na melhor forma de direito firmar o presente "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapada do Piauí I Holding S.A.*" ("Aditamento"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, que estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão e/ou no presente Aditamento, ainda que posteriormente ao seu uso.

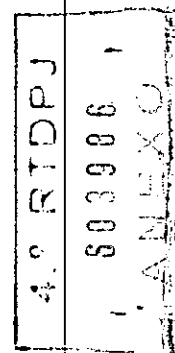
#### CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

##### 1.1. Autorizações para celebração do Aditamento

- 1.1.1. O presente Aditamento é firmado pela Emissora com base nas deliberações aprovadas no Ato Societário Emissora.
- 1.1.2. Este Aditamento será protocolado para arquivamento na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 03 (três) dias contado da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rue Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP\_10286359v5\_9409/34\_89



Fiduciário 01 (uma) via original do presente Aditamento, devidamente arquivado na JUCESP, em até 05 (cinco) dias após o seu respectivo arquivamento.

- 1.1.3. Este Aditamento será levado a registro, em até 20 (vinte) dias contados da sua assinatura, nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original do presente Aditamento, devidamente registrado nos cartórios competentes, em até 05 (cinco) dias após os registros.

## CLÁUSULA II ALTERAÇÕES

### 2.1. Alterações na Escritura de Emissão em função do Procedimento de *Bookbuilding*

- 2.1.1. Considerando (a) a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, que definiu a taxa dos Juros Remuneratórios das Debêntures e as taxas internas de retorno da NTN-B a serem utilizadas no cálculo dos Juros Remuneratórios, e (b) a necessidade de refletir na Escritura de Emissão tal resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, as Partes acordam em alterar a Cláusula 4.2.2.1 da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com as seguintes novas redações que lhes são atribuídas abaixo:

*“4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados de [●]% ([●] inteiros e [●] centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Juros Remuneratórios”). Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, a partir da Data de Emissão (inclusive), da Data de Incorporação dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive) ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme abaixo definido) (exclusive), calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo.”*

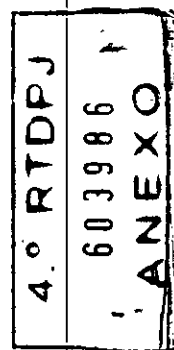
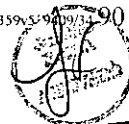
- 2.1.2. Em função das alterações feitas pela Cláusula 2.1.1 acima, as Partes resolvem excluir a Cláusula 4.2.2.2 da Escritura de Emissão, não sendo necessário renumerar as Cláusulas seguintes, bem como excluir o Anexo I à Escritura de Emissão e renumerando-os, haja vista a celebração do presente Aditamento.

## CLÁUSULA III RATIFICAÇÕES

- 3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as demais cláusulas,

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5-9009/34-90



itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão, e não expressamente alteradas por este Aditamento.

- 3.2. Em função do disposto na Cláusula 3.1 acima, resolvem as Partes, de comum acordo, consolidar as alterações celebradas na Escritura de Emissão, na forma do Anexo A ao presente Aditamento.

#### CLÁUSULA IV DISPOSIÇÕES FINAIS

- 4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
- 4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.
- 4.3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 4.4. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em [--] (--) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

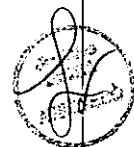
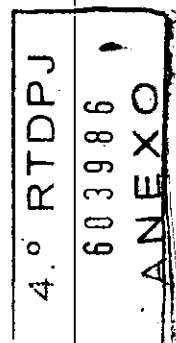
São Paulo, [--] de [--] de 2015.

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem páginas de assinaturas.]*

#### ANEXO A

*[Escritura de Emissão Consolidada]*

CUSTAS  
VRC 300  
R\$ 50,10



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 91

**ANEXO III**  
**Modelo de Carta de Fiança**

**CARTA DE FIANÇA**

(Local), [--] de [--] de [--]

À

[--] ("Agente Fiduciário")

[--], nº [--]

CEP: [--], [--]/[--]

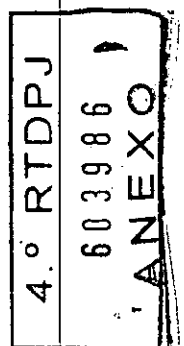
Ref.: **CARTA DE FIANÇA**

Por este instrumento, [●], instituição financeira com sede na Cidade de [●], Estado do [●], no endereço [●], CEP [●], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº [●], por seus representantes legais ("Fiador"), obriga-se, como fiador e principal pagador, a cumprir as obrigações assumidas pela **CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de [], Estado do [], na [], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [] ("Emissora"), no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Emissora. ("Emissão"), cujas condições e características são descritas no "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapada do Piauí I Holding S.A.*", celebrado em [●] de [●] de 2015, entre a Emissora, o Agente Fiduciário (conforme abaixo qualificado) e terceiros, a ser devidamente registrado perante a [], conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Escritura de Emissão"), Escritura de Emissão esta que o Fiador declara conhecer e pela qual a Emissora emitiu [●] ([●]) debêntures ("Debêntures"), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ [●] ([●]) na data de emissão das Debêntures, qual seja [] de [] de 2015 ("Data de Emissão"), sendo limitada a responsabilidade do Fiador, à quantia de R\$ [●] ([●]), na data-base de [] de [] de 2015, acrescida da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário, e despesas judiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares das Debêntures na execução da presente fiança.

A presente fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável, até [●] de [●] de [●]  
***[obs.: a data a ser fixada deverá corresponder ao prazo estabelecido na Escritura de***

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 92



**Emissão para validade das cartas de fiança]**, em favor dos titulares das Debêntures objeto da Emissão, representados pela [], instituição financeira, com sede na Cidade do [], Estado [], na [], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [] (“Agente Fiduciário”), renunciando o Fiador aos benefícios de que tratam os artigos 366, 827 e 838 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, estabelecido que qualquer alteração no prazo ou no valor da presente fiança depende sempre da anuência prévia do Fiador, responsabilizando-se o Fiador solidariamente com a Emissora pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, e comprometendo-se, na hipótese de inadimplemento por parte da Emissora, a honrar as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas na execução da presente carta de fiança, observado o limite de responsabilidade mencionado no parágrafo primeiro da presente carta de fiança, acrescido da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário, e despesas judiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares das Debêntures na execução da presente fiança, dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da notificação com aviso de recebimento realizada pelo Agente Fiduciário, informando sobre o inadimplemento, a ser encaminhada ao Fiador, no endereço: [●], com cópia para a Emissora.

O Fiador declara que a concessão da fiança está dentro dos limites autorizados pelo Banco Central do Brasil.

A presente carta de fiança será registrada pelo Fiador, às expensas da Emissora, nos respectivos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos dos domicílios do Agente Fiduciário e do Fiador, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. O Fiador enviará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da presente carta de fiança, ou ainda de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados, em até 5 (cinco) dias após a obtenção dos registros nos Cartórios.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos nesta carta de fiança são aqui utilizados com o significado correspondente a eles atribuído na Escritura de Emissão.

Isto posto, firma esta em 1 (uma) via original e 2 (duas) cópias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

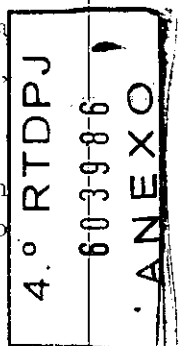
**FIADOR(A):**

\_\_\_\_\_  
[FIADOR]

**TESTEMUNHAS:**

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 93



Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

CUSTAS  
VRC 1020  
R\$ 170,34

4.º RTDPJ  
603986  
ANEXO

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



TEXT\_SP 10286359v5 9409/04 94

**ANEXO IV**  
**Modelo de Declaração de Conclusão Física do Projeto**

[Local], [--] de [--] de [--]

À  
[--]  
[--], nº [--]  
[--] - [--]  
CEP: [--]

At.: [--]

Ref.: *Conclusão Física do Projeto Complexo Eólico Chapada do Piauí I*

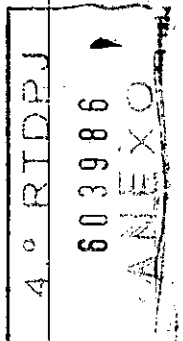
Prezados Senhores,

**CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, parte KK, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.512.213/0001-00, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados, declara, para todos os fins de direito: **(i)** a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os Debenturistas; e **(ii)** a ocorrência da Conclusão Física do Projeto Complexo Eólico Chapada do Piauí I, tendo em vista a implantação das sete centrais geradoras eólicas denominadas EOL SANTA JOANA IX, EOL SANTA JOANA X, EOL SANTA JOANA XI, EOL SANTA JOANA XII, EOL SANTA JOANA XIII, EOL SANTA JOANA XV e EOL SANTA JOANA XVI, e a apresentação de:

- a) licenças ambientais de operação das centrais geradoras eólicas EOL SANTA JOANA IX, EOL SANTA JOANA X, EOL SANTA JOANA XI, EOL SANTA JOANA XII, EOL SANTA JOANA XIII, EOL SANTA JOANA XV e EOL SANTA JOANA XVI e do respectivo sistema de transmissão, oficialmente publicadas, expedidas pelo órgão ambiental competente;
- b) despacho da Superintendência de Fiscalização de Geração da ANEEL autorizando a entrada em operação comercial das centrais geradoras eólicas EOL SANTA JOANA IX, EOL SANTA JOANA X, EOL SANTA JOANA XI, EOL SANTA JOANA XII, EOL SANTA JOANA XIII, EOL SANTA JOANA XV e EOL SANTA JOANA XVI, ou ato equivalente que permita o início da operação das referidas centrais geradoras eólicas antes do despacho da ANEEL;
- c) comprovação de recebimento da primeira parcela da receita oriunda dos CERS celebrados entre cada uma das SPEs e a CCEE;

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

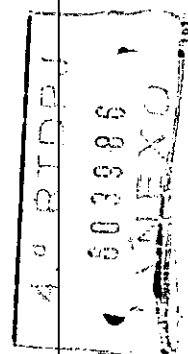
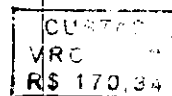
TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 95



1



- d) comprovação da integralização no capital das SPEs, ou comprovação de aporte, por outro meio legal, até o segundo dia útil subsequente à liberação dos recursos do Contrato de Financiamento pelo BNDES, por qualquer dos seguintes meios: (i) por integralização de capital ou adiantamento para futuro aumento de capital irretratável e destituído de remuneração; (ii) por mútuo; (iii) como contrapartida da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Titulados pela Holding, ou (iv) qualquer outro meio legal desde que prévia e expressamente autorizado pelo BNDES, dos valores liberados pelo BNDES relativos ao Contrato de Financiamento, bem como dos valores captados pela Emissora com a emissão das Debêntures, ressalvada a obrigação de adotar, durante o período de vigência do Contrato de Financiamento, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo Projeto;
- e) apresentação das apólices de seguro, acompanhados dos respectivos comprovantes de quitação do prêmio, do (i) seguro na modalidade de Responsabilidade Civil, tendo como objeto a cobertura da responsabilidade legal das SPEs com relação a danos, custos e despesas de indenizações decorrentes de morte ou lesão a terceiros e/ou com relação a danos a propriedades de terceiros causados pelo Projeto; e do (ii) seguro patrimonial (*property all risks*), tendo como objeto a cobertura de máquinas e equipamentos permanentes, que deverá ter como beneficiário, em caráter irrevogável e irretratável, o BNDES e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas;
- f) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade da operação do Complexo Eólico Chapada do Piauí I;
- g) estar a Emissora, bem como as demais empresas integrantes grupo econômico a que esta pertença, em dia com todas as suas obrigações contratuais perante o BNDES;
- h) comprovação da constituição válida de todas as Garantias Reais e dos seguros relativos aos aerogeradores de propriedade das SPEs;
- i) comprovação do cancelamento das hipotecas incidentes sobre os seguintes terrenos:  
a) matrícula nº 612, sito no município de Simões, de propriedade de Renato José Carvalho; b) matrícula nº 155, sito no município de Marcolândia, de propriedade de Valdinar de Góes Sousa; e c) matrícula nº 367, sito no município de Marcolândia, de propriedade de Herculano José da Silva; e
- j) comprovação de aporte de capital na Emissora referente à diferença entre o valor efetivo de colocação das Debêntures e o valor da Emissão de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).



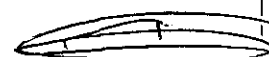
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos - SP 10286359/5 9409/34 96

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504

Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





Seguem em anexo a esta declaração os documentos que comprovam a ocorrência das condições acima listadas.

Ademais, nos termos da Cláusula 17ª do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº [--], e em observância à Cláusula 4.17.3 da Escritura de Emissão, comunicamos que o BNDES verificou a ocorrência da Conclusão Física do Projeto, nos termos da correspondência anexa à presente declaração *[anexar correspondência do BNDES atestando a conclusão física do projeto Complexo Eólico Chapada do Piauí I]*.

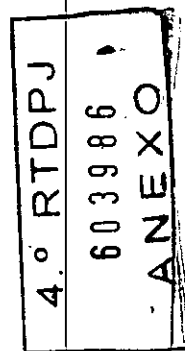
Todos os termos utilizados nesta declaração, que não tenham sido aqui definidos, terão as definições a eles atribuídos no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapada do Piauí I Holding S.A., datado de [--] de [--] de 2015.

Atenciosamente,

---

CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.

[Anexo à Declaração – Documentos Comprobatórios da Conclusão Física do Projeto  
Complexo Eólico Chapada do Piauí I]



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 97

**ANEXO V**  
**Metodologia de Cálculo do ICSD**

**ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA CONSOLIDADO**

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em um determinado Ano de Referência (ARef) é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade no Ano de Referência, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais consolidadas auditadas da Emissora, a saber:

**A) GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE NO ARef**

- (+) EBITDA do ARef, calculado de acordo com o item (D)
- (-) Imposto de Renda devido (pago ou provisionado) no ARef, exceto aquele pago sobre a receita financeira da Emissora;
- (-) Contribuição Social devida (paga ou provisionada) no ARef
- (-) Investimentos realizados<sup>1</sup> no ARef

**B) SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef<sup>2</sup>**

- (+) 12 meses de pagamento de dívida onerosa, exceto a referente ao Subcrédito D previsto no Contrato de Financiamento, compreendida, mas não se limitando, a dívida decorrente do Contrato de Financiamento, bem como das Debêntures.

**C) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef**

**(A) / B**

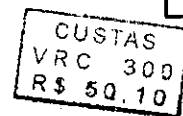
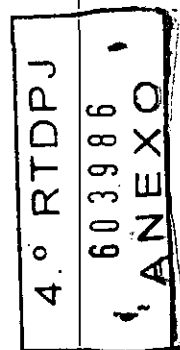
**D) EBITDA DO ARef<sup>3</sup>**

- (+) Lucro Líquido
- (+/-) Despesa (receita) financeira líquida
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Quaisquer outras (Receitas) ou despesas sem efeitos financeiros
- (+/-) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

<sup>1</sup> Considera-se como investimento qualquer adição feita ao Ativo Permanente (Investimento, Imobilizado ou Diferido) da Empresa.

<sup>2</sup> Dívida onerosa total, com exceção de dívida subordinada.

<sup>3</sup> Todas as parcelas para o cálculo do EBITDA são referentes às demonstrações financeiras do Ano de Referência.



## ANEXO VI

### Minuta do Aditivo à Escritura de Emissão para Convolação

[-] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.

Pelo presente instrumento particular:

**CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte KK, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 20.512.213/0001-00, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora");

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º Andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, agindo na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures (conforme definidas na Cláusula 1.3) objeto da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Agente Fiduciário");

**CONTOUR GLOBAL DO BRASIL HOLDING LTDA.**, sociedade [●], com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na [●], CEP [●], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Contour");

**COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO**, sociedade [●], com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na [●], CEP [●], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Chesf"); e

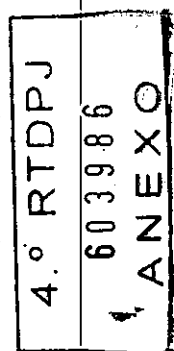
**VENTOS DE SANTA JOANA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.** sociedade [●], com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na [●], CEP [●], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana" e, em conjunto com Contour e Chesf, as "Intervenientes");

e, ainda:

**VENTOS DE SANTA JOANA IX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte DD, Itaim Bibi,

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359;5 9409/34 99



na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.082.784/0001-72, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana IX");

**VENTOS DE SANTA JOANA X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte EE, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.082.754/0001-66, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana X");

**VENTOS DE SANTA JOANA XI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte FF, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.675/0001-55, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana XI");

**VENTOS DE SANTA JOANA XII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte GG, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.701/0001-45, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana XII");

**VENTOS DE SANTA JOANA XIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte HH, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.800/0001-27, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana XIII");

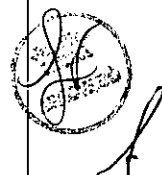
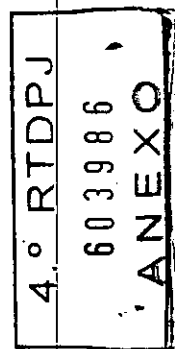
**VENTOS DE SANTA JOANA XV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte II, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.728/0001-38, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana XV");

**VENTOS DE SANTA JOANA XVI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, conjunto 31, parte JJ, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.082.822/0001-97, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santa Joana XVI" e, quando em conjunto com Santa Joana IX, Santa Joana X, Santa Joana XI, Santa Joana XII, Santa Joana XIII e Santa Joana XV, as "SPEs");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, as Intervenientes e as SPEs designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 100



## CONSIDERANDO QUE:

- (i) em [--] de [--] de 2015, a Emissora, as SPEs e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebraram o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapada do Piauí I Holding S.A.”, devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em sessão de [--] de [--] de 2015, sob o nº [--], [conforme aditado em [--] e devidamente arquivado na JUCESP, em sessão de [--] de [--] de 2015, sob o nº [--]] (“Escritura de Emissão”);
- (ii) em [--], foi verificada a constituição das Garantias Reais, de acordo com a Cláusula 4.15 da Escritura de Emissão; e
- (iii) as Partes acordaram em aditar a Escritura de Emissão para refletir constituição das Garantias Reais e formalizar a convolação da espécie das Debêntures de “quirografária com garantia fidejussória”, para a espécie com “garantia real e com garantia adicional fidejussória”, de acordo com a Cláusula 4.18 da Escritura de Emissão.

vêm as Partes por meio desta e na melhor forma de direito firmar o presente “[--] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapada do Piauí I Holding S.A.” (“Aditamento”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, que estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão e/ou no presente Aditamento, ainda que posteriormente ao seu uso.

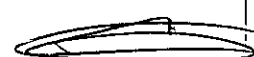
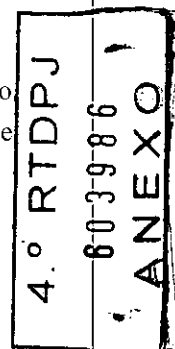
## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

### 1.2. Autorizações para celebração do Aditamento

- 1.2.1. O presente Aditamento é celebrado de acordo com o disposto nas Cláusulas 1.1 e 1.2 da Escritura de Emissão e sua celebração é autorizada com a dispensa de nova aprovação societária pela Emissora, pelas Intervenientes e/ou pelas SPEs ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas para o presente Aditamento.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 101



- 1.2.2. Todas as aprovações para constituição das Garantias Reais foram deliberadas por meio dos Atos Societários, conforme previstos nas Cláusulas 1.1 e 1.2 da Escritura de Emissão.
- 1.2.3. Este Aditamento será protocolado para arquivamento na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 03 (três) dias contado da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original do presente Aditamento, devidamente arquivado na JUCESP, em até 05 (cinco) dias após o seu respectivo arquivamento.
- 1.2.4. Este Aditamento será levado a registro, em até 20 (vinte) dias contados da sua assinatura, nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original do presente Aditamento, devidamente registrado nos cartórios competentes, em até 05 (cinco) dias após os registros.

## CLÁUSULA II OBJETO E ALTERAÇÕES

- 2.2. O presente Aditamento tem por objetivo formalizar a convolação da espécie das Debêntures de “quirografária com garantia fidejussória”, para a espécie com “garantia real e com garantia adicional fidejussória” e refletir tal alteração na Escritura de Emissão.
- 2.2. Pelo presente Aditamento, resolvem as Partes alterar a denominação da Escritura de Emissão, bem como alterar parte do preâmbulo da Escritura de Emissão e, ainda, alterar as Cláusulas 1.3 e 4.1.3 da Escritura de Emissão, que passam a vigor com as seguintes redações:

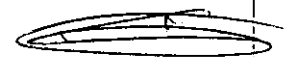
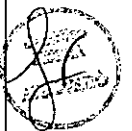
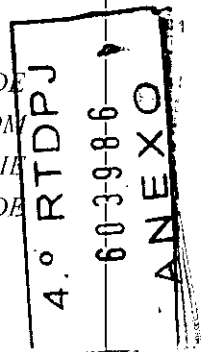
*“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.*

(...)

*vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapada do Piauí I Holding S.A.” (“Escritura de Emissão”), em observância à Lei 12.431, especialmente com relação ao seu artigo 2º, mediante as cláusulas e condições a seguir.”*

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/34 102



"1.3. A presente 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Emissão", "Debêntures", "Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos: (...) "

"4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória."

### CLÁUSULA III RATIFICAÇÕES

- 3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as demais cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão, e não expressamente alteradas por este Aditamento.

### CLÁUSULA IV DISPOSIÇÕES FINAIS

- 4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes ao seu fiel, pontual e integral cumprimento, por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.
- 4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.
- 4.3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 4.4. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em [--] (--) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, [--] de [--] de 2015.

CUSTAS  
V.R.C. 300  
R\$ 50,10

4.º RTDPJ  
603986  
ANEXO

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TEXT\_SP 10286359v5 9409/04 103